



Anais da Assembléia

N.º 126

CURITIBA, QUINTA-FEIRA, 10 DE NOVEMBRO DE 1983

ANO I X

1.ª SESSÃO LEGISLATIVA DA 10.ª LEGISLATURA
ATA DA 118.ª SESSÃO ORDINÁRIA
REALIZADA EM 10 DE NOVEMBRO DE 1983
(QUINTA-FEIRA)

Ao Departamento Legislativo.

MENSAGEM N.º 131/83

Curitiba, 24 de outubro de 1983.

Presidência do senhor deputado Werner Wanderer, secretariada pelos senhores deputados Dirceu Manfrinato e Erondy Silvério.

À hora regimental é registrada a presença dos seguintes senhores deputados: Trajano Bastos, Nestor Baptista, Werner Wanderer, Gernote Kirinus, Francisco Escorsin, Dirceu Manfrinato, Fuad Nacli, Acir Mezzadri, Adhail Sprenger Passos, Airtom Cordeiro, Amélia Hruschka, Anibal Khury, Antônio Anibelli, Artagão Mattos Leão, Augusto Carneiro, Basílio Zanusso, Caito Quintana, Djalma de Almeida Cesar, Donato Gulin, Edgar Pimentel, Edmar Luiz Costa, Eduardo Baggio, Erondy Silvério, Ervin Bonkoski, Ezequias Losso, Ferrari Júnior, Fiori Luiz, Gabriel Manoel, Gabriel Sampaio, Gilberto Carvalho, Hermas Brandão, Homero Oguido, Irondi Pugliesi, Ivan Gubert, Jorge Maia Filho, José Antônio Fonseca, Leônidas Chaves, Luiz Alberto Oliveira, Márcio Almeida, Mário Pereira, Nelson Buffara, Nelson Vasconcellos, Nilso Sguarezi, Odeni Mongruel, Orlando Pessuti, Osvaldo Alencar Furtado, Paulo Furiatti, Péricles Pacheco, Quiêlse Crisóstomo, Roberto Requião, Rubens Bueno, Sabino Campos, Sérgio Spada, Tadeu França, Tadeu Lúcio Machado, Tércio Albuquerque, Tuguio Setogutte e Wilson Fortes. (58).

Verificada a existência de número legal, o senhor presidente declara aberta a
SESSÃO.

O SR. PRESIDENTE- (Werner Wanderer) Sob a proteção de Deus, iniciamos os nossos trabalhos.

O SR. 2.º SECRETÁRIO - procede à leitura da ata da sessão anterior, a qual é aprovada sem observações.

O SR. 1.º SECRETÁRIO - procede à leitura do seguinte EXPEDIENTE:

MENSAGEM N.º 130/83

Curitiba, 24 de outubro de 1983.

Senhor Presidente.

Tenho a honra de encaminhar a vossa excelência, para os fins constitucionais, as inclusas cópias autênticas de Termos de Cooperação Técnica e Financeira Celebrados em 08 de julho de 1983, entre o Estado do Paraná, através da Secretaria de Estado dos Transportes e os municípios de Londrina e Mamborê, objetivando a execução de obras para recuperação ou construção de pontes.

O interesse público na aprovação da medida ora submetida à apreciação dessa Augusta Casa, está impresso no próprio texto dos tratados.

Certo de que sua solicitação formulada merecerá dessa colenda Casa, o necessário apoio e conseqüente aprovação, reitero a vossa excelência os meus protestos de elevado apreço e distinta consideração.

(a) JOSÉ RICHIA
Governador do Estado

Senhor Presidente.

Tenho a honra de encaminhar a vossa excelência, para os fins constitucionais, as inclusas cópias autênticas de Termos de Cooperação Técnica e Financeira celebrados entre o Estado do Paraná, através da Secretaria de Estado dos Transportes e os municípios adiante mencionados, objetivando adoção de ação conjunta com vistas à execução do programa Especial para melhoramentos de Estradas Intermunicipais para escoamento de Safras.- "PROSAFRAS", no exercício de 1983.

Município	data da celebração
Assis Chateaubriand	06/05/83
Clevelândia	06/05/83
Curiúva	04/07/83
Kaloré	06/05/83

O interesse público na aprovação da medida ora submetida à apreciação dessa augusta Casa, está expresso no próprio texto dos tratados.

Certo de que a solicitação formulada merecerá dessa colenda Casa o necessário apoio e conseqüente aprovação, reitero a vossa excelência os meus protestos de elevado apreço e distinta consideração.

(a) JOSÉ RICHIA
Governador do Estado

Ao Departamento Legislativo.

MENSAGEM N.º 132/83

Curitiba, 25 de outubro de 1983.

Senhor Presidente.

Tenho a honra de encaminhar a vossa excelência, para os fins constitucionais, as inclusas cópias autênticas de Termos de Cooperação Técnica e Financeira celebrados em 08 de julho de 1983, entre o Estado do Paraná, através da Secretaria de Estado dos Transportes e os municípios de Nova Aurora e Ribeirão do Pinhal, objetivando a execução de obras para recuperação ou construção de pontes.

O interesse público na aprovação da medida ora submetida à apreciação dessa augusta Casa, está expresso no próprio texto dos tratados.

Certo de sua solicitação formulada merecerá dessa colenda Casa o necessário apoio e conseqüente aprovação, reitero a vossa excelência os meus protestos de elevado apreço e distinta consideração.

(a) JOSÉ RICHIA
Governador do Estado

Ao Departamento Legislativo.

MENSAGEM N.º 133/83

Curitiba, 25 de outubro de 1983.

Senhor Presidente.

Tenho a honra de encaminhar a vossa excelência, para os fins constitucionais, as inclusas cópias autênticas de Termos de Cooperação Técnica e Financeira celebrados entre o Estado do Paraná, através da Secretaria de Estado dos Transportes e os municípios adiante mencionados, objetivando adoção de ação conjunta com vistas à execução do PROGRAMA ESPECIAL PARA MELHORAMENTOS DE ESTRADAS INTERMUNICIPAIS PARA ESCOAMENTO DE SAFRAS - "PROSAFRAS", no exercício de 1983.

Município	data da celebração
Inácio Martins	04/06/83
Ivaí	04/06/83
Pato Branco	02/07/83

O interesse público na aprovação da medida ora submetida à apreciação dessa augusta Casa, está expresso no próprio texto dos tratados.

Certo de que sua solicitação formulada merecerá dessa colenda Casa o necessário apoio e conseqüente aprovação, reitero a vossa excelência os meus protestos de elevado apreço e distinta consideração.

(a) JOSÉ RICHIA
Governador do Estado

Ao Departamento Legislativo.

MENSAGEM N.º 134/83

Curitiba, 25 de outubro de 1983.

Senhor Presidente.

Tenho a honra de encaminhar a vossa excelência, para os fins constitucionais, as inclusas cópias autênticas de Termos de Cooperação Técnica e Financeira celebrados em 10 de agosto de 1983, entre o Estado do Paraná, através da Secretaria de Estado dos Transportes e os municípios de Marechal Cândido Rondon, Medianeira e Santa Helena, objetivando a execução de obras públicas em conformidade com o Programa Especial do Oeste do Paraná - PRODOPAR.

O interesse público na aprovação da medida ora submetida à apreciação dessa augusta Casa, está expresso no próprio texto dos tratados.

Certo de que a solicitação formulada merecerá dessa Colenda Casa o necessário apoio e conseqüente aprovação, reitero a vossa excelência os meus protestos de elevado apreço e distinta consideração.

(a) JOSÉ RICHIA
Governador do Estado

Ao Departamento Legislativo.

MENSAGEM N.º 135/83

Curitiba, 05 de outubro de 1983.

Tenho a honra de encaminhar a vossa excelência, para os fins constitucionais, as inclusas cópias autênticas de Termos de Cooperação Técnica e Financeira celebrados entre o Estado do Paraná, através da Secretaria de Estado dos Transportes e os Municípios adiante mencionados, objetivando adoção com vista à execução

do Programa Especial para Melhoramentos de Estradas Intermunicipais para escoamento de Safras - "PROSAFRAS", no exercício de 1983.

Município	data da celebração
Ivaiporã	04/06/83
Ubiratã	09/05/83

O interesse público na aprovação da medida ora submetida à apreciação dessa Augusta Casa, está expresso no próprio texto dos tratados.

Certo de que a solicitação formulada merecerá dessa Colenda Casa o necessário apoio e conseqüente aprovação, reitero a vossa excelência os meus protestos de elevado apreço e distinta consideração.

(a) JOSÉ RICHIA
Governador do Estado.

Ao Departamento Legislativo.

MENSAGEM N.º 136/83

Curitiba, 25 de outubro de 1983.

Senhor Presidente.

Tenho a honra de encaminhar a vossa excelência, para os fins constitucionais, as inclusas cópias autênticas de Termos de Cooperação Técnica e Financeira celebrados em 08 de julho de 1983, entre o Estado do Paraná, através da Secretaria de Estado dos Transportes e os municípios de Bela Vista do Paraíso, Cruzeiro do Oeste e Japurá, objetivando a execução de obras para recuperação ou construção de pontes.

O interesse público na aprovação da medida ora submetida à apreciação dessa augusta Casa, está expresso no próprio texto dos tratados.

Certo de que a solicitação formulada merecerá dessa colenda Casa o necessário apoio e conseqüente aprovação, reitero a vossa excelência os meus protestos de elevado apreço e distinta consideração.

(a) JOSÉ RICHIA
Governador do Estado

Ao Departamento Legislativo.

MENSAGEM N.º 137/83

Curitiba, 25 de outubro de 1983.

Senhor Presidente.

Tenho a honra de encaminhar a vossa excelência, para os fins constitucionais, as inclusas cópias autênticas de Termos de Cooperação Técnica e Financeira celebrados em 10 de agosto de 1983, entre o Estado do Paraná, através da Secretaria de Estado dos Transportes e os municípios de Matelândia, Ribeirão do Pinhal e Tomazina, objetivando a execução de obras para recuperação de estradas.

O interesse público na aprovação da medida ora submetida à apreciação dessa Augusta Casa, está expresso no próprio texto dos trabalhos.

Certo de que a solicitação formulada merecerá dessa Colenda Casa o necessário apoio e conseqüente aprovação, reitero a vossa excelência os meus protestos de elevado apreço e distinta consideração.

(a) JOSÉ RICHIA
Governador do Estado

Ao Departamento Legislativo.

(a) ANTÔNIO ANIBELLI.

MENSAGEM N.º 138/83

REQUERIMENTO

Curitiba, 27 de outubro de 1983.

Senhor Presidente.

Tenho a honra de encaminhar a vossa excelência, para fins constitucionais, a inclusa cópia autêntica do Convênio celebrado em 30 de setembro de 1983, entre o Estado do Paraná, através da Secretaria de Estado da Segurança Pública e o município de Campo Mourão, objetivando regular a ampliação dos serviços de segurança contra incêndios e a prestação de socorros públicos na área do referido município.

O interesse público na aprovação da medida ora submetida à apreciação dessa Augusta Casa, está expresso no próprio texto do tratado.

Certo de que a solicitação formulada merecerá dessa Colenda Casa o necessário apoio e conseqüente aprovação, reitero a vossa excelência os meus protestos de elevado apreço e distinta consideração.

(a) JOSÉ RICHIA
Governador do Estado

Ao Departamento Legislativo.

MENSAGEM N.º 139/83

Curitiba, 03 de novembro de 1983.

Senhor Presidente.

Tenho a honra de encaminhar a vossa excelência, para os devidos fins, a inclusa cópia autêntica do convênio n.º 28/83, celebrado em 27 de setembro de 1983 entre o Estado do Paraná, através da Secretaria de Estado do Planejamento, com a participação da Coordenação da região Metropolitana de Curitiba - COMEC e o Município de Curitiba, com a participação do Instituto de Pesquisa e Planejamento Urbano de Curitiba-IPPUC, objetivando adoção de ação conjunta e coordenada no que respeita ao Sistema Metropolitano de Transportes.

O interesse público na aprovação da medida ora submetida à apreciação dessa Augusta Casa, está expresso no próprio texto do tratado.

Certo de que a solicitação formulada merecerá dessa Colenda Casa o necessário apoio e conseqüente aprovação, reitero a vossa excelência os meus protestos de elevado apreço e distinta consideração.

(a) JOSÉ RICHIA
Governador do Estado

Ao Departamento Legislativo.

Requerimentos:

REQUERIMENTO

Senhor Presidente.

O deputado que este subscreve, no uso de suas atribuições regimentais, REQUER urgência no Projeto de Lei n.º 157/83 e a inclusão na Ordem do Dia.

Sala das Sessões, em 10 de novembro de 1983.

Senhor Presidente.

O deputado que este subscreve, no uso de suas atribuições regimentais, REQUER Regime de Urgência, para o Projeto de Lei n.º 201/83, que altera a estrutura dos serviços administrativos da Assembléia Legislativa.

Sala das Sessões, em 10 de novembro de 1983.

(a) GERNOTE KIRINUS.

REQUERIMENTO

Senhor Presidente.

Pelo presente, após ouvido o Plenário, requeremos seja consignado voto de profundo pesar, pelo falecimento do menor Flávio Hammerschmidt, filho do senhor Flávio e Guiomar Hammerschmidt, no último dia sete do corrente, na cidade de Palmas, vítima de lamentável acidente na Praça Bom Jesus, daquela cidade.

Que da decisão, dê-se ciência à família enlutada.

Sala das Sessões, em 10 de novembro de 1983.

(a) NILSO SGUAREZI.

JUSTIFICATIVA:

A ironia do destino prega as peças mais incríveis, que possa ser concebidas pela razão humana. O jovem Flávio, na inocência de uma criança que brinca na praça, foi vítima de lamentável acidente quando, inexplicavelmente, um banco daquele logradouro, colocado há mais de quinze anos caiu, sobre a indefesa vítima. O fato consternou a cidade de Palmas e enlutou uma das mais queridas famílias. A fatalidade escolheu de maneira tão chocante, uma criança para traumatizar a sociedade palmense e trazer a dor lancinante ao casal Flávio e Guiomar. Não se trata apenas de mais uma acidente, mas o pesar é pelas circunstâncias em que o mesmo ocorreu. E o registro se torna necessário, porque, além da dor sofrida pela família e o trauma que se abateu sobre a comunidade palmense, pessoas inescrupulosas tentaram culpar o doutor José Maria de Perpétuo Araújo, como responsável pelo acidente. A ignominia desta sórdida investida, merece o repúdio veemente dos que sabem a verdade dos fatos e a fatalidade como os mesmos aconteceram. Basta a dor da perda da vida humana, para não sermos vítimas da paixão inconformista.

REQUERIMENTO

Senhor Presidente.

O deputado que a este subscreve, no uso de suas atribuições regimentais, REQUER à Mesa, após ouvido o Plenário, a consignação na Ata dos Trabalhos da Casa, de um voto de profundo pesar pelo falecimento do senhor JOSÉ VICENTE, ocorrido no dia 05 do corrente, nesta Capital.

O extinto era pessoa de família tradicional, sempre ligado aos problemas comunitários, contribuindo em todas as oportunidades, participando ativamente nos programas desenvolvidos e voltados para o bem comum.

O extinto era progenitor do funcionário deste Poder, o senhor IRENO VICENTE.

REQUER, outrossim, após a aprovação do Plenário, dê-se ciência à família enlutada à Avenida Água Verde, 2.057 - Apartamento 11-D, conjunto residencial Rivoli, nesta Capital.

Sala das Sessões, em 10 de novembro de 1983.

(a) ANTÔNIO ANIBELLI.

REQUERIMENTO

Senhor Presidente.

O deputado que o presente subscreve, no uso de suas atribuições regimentais, REQUER, após ouvido o Plenário, sejam destinados vinte minutos do expediente, para homenagear o professor BENTO MUNHOZ DA ROCHA, pela passagem do 10.º aniversário do falecimento deste ilustre homem público.

Sala das Sessões, em 10 de novembro de 1983.

(a) GABRIEL SAMPAIO.

REQUERIMENTO

Senhor Presidente.

As lideranças do Partido Democrático Social e Partido do Movimento Democrático Brasileiro, REQUEREM, no uso de suas atribuições regimentais, após ouvido o Plenário que o Grande Expediente desta sessão seja, dedicado em homenagem ao 500.º aniversário de MARTIN LUTERO.

Sala das Sessões, em 10 de novembro de 1983.

(aa) NILSO SQUAREZI e

LUIZ ALBERTO OLIVEIRA.

REQUERIMENTO

Senhor Presidente.

O deputado que o presente subscreve, no uso de suas atribuições regimentais, REQUER, após ouvido o Plenário, a consagração de voto de Congratulações do 32.º aniversário de emancipação política.

Sala das Sessões, em 10 de novembro de 1983.

(a) EDGAR PIMENTEL.

JUSTIFICATIVA:

O município de Cascavel inicia amanhã as festividades, que se estenderão até o dia 15 próximo, em comemoração ao 32.º aniversário de sua emancipação política. Nada mais justo do que homenagear a população cascavelense, que pelo seu pioneirismo e capacidade de trabalho, transformou aquele município em pólo econômico e social do Oeste Paranaense e que, de maneira pujante, vem contribuindo para o fortalecimento econômico do Estado e arrecadando divisas para o país com sua expressiva produção agrícola.

REQUERIMENTO

Senhor Presidente.

O deputado que o presente subscreve, no

no uso de suas atribuições regimentais, REQUER, após ouvido o Plenário, a consagração de voto de congratulações pela realização, a partir de hoje, em Ponta Grossa, do 9.º Congresso Sacerdotal Brasileiro; 11.ª Convenção Nacional dos Serra Clubes do Brasil e do 10.º Encontro Vocacional com a presença do Nuncio Apostólico D. Carlo Furno e de mil seminaristas. E que seja comunicado às Dioceses do Paraná e Serra Clubes do Estado, nas localidades de Cascavel, Irati, Ponta Grossa, Palmas, União da Vitória, Guarapuava, Curitiba e Santo Antônio da Platina.

Sala das Sessões, em 10 de novembro de 1983.

(a) EDGAR PIMENTEL

JUSTIFICATIVA:

A celebração desses eventos é promovida pelos Serra Clubes do Brasil que são associações leigas a serviço das vocações sacerdotais e religiosas, e cujo nome presta homenagem ao seu fundador, Frei Jiunípero Serra, missionário franciscano espanhol, que fundou as primeiras missões no Oeste dos Estados Unidos e no Sul do México. A atividade dessas associações é de fundamental importância tendo em vista a crise de vocações sacerdotais que existe atualmente no Brasil.

REQUERIMENTO

Senhor Presidente.

O deputado, que o presente subscreve, usando de suas atribuições regimentais, REQUER, após ouvido o Plenário, seja encaminhado pedido de informação ao sr. José Richa, MD. Governador do Estado do Paraná, solicitando explicações sobre as atividades da Comissão criada para dar solução aos problemas que envolvem os bóias-frias no Paraná, pois, segundo informações da imprensa, a referida comissão teria sido desativada.

Sala das Sessões, em 10 de novembro de 1983.

(a) FIORI LUIZ

JUSTIFICATIVA:

As estatísticas apontam hoje um contingente de 450 mil bóias-frias no Estado do Paraná. Tal situação sempre foi denunciada pelo PMDB, pois, é resultado de um modelo econômico anti-social.

Daí, o entusiasmo quando o Governador anunciou a criação de uma Comissão com a finalidade específica de analisar e encontrar solução para o angustiante problema.

Porém, segundo comentários da imprensa, a Comissão teria sido desativada sem nenhuma justificativa. E como o assunto é dos mais importantes, gostaríamos de uma definição do Governo do PMDB.

REQUERIMENTO

Senhor Presidente.

O deputado que o presente subscreve, no uso de suas atribuições regimentais, REQUER seja encaminhado ao senhor governador do Estado o seguinte pedido de informações:

a) A atual administração do Estado destinou ao município de Mandirituba recursos financeiros para aplicação em investimentos públicos?

b) Em caso de resposta afirmativa, qual o montante e para que fim?

Sala das Sessões, em 10 de novembro de 1983.

(a) AIRTON CORDEIRO

JUSTIFICATIVA:

Feita em plenário.

REQUERIMENTO

Senhor Presidente.

O deputado que o presente subscreve, usando de suas atribuições regimentais, REQUER, após ouvido o Plenário, seja encaminhado telex ao senhor José Richa, MD. governador

do Estado do Paraná, solicitando definição urgente sobre a assinatura do acordo com o Sindicato dos Jornalistas Profissionais do Paraná, regularizando a situação dos profissionais de comunicação que prestam serviços aos órgãos da Administração Direta e Indireta no governo do Estado.

Sala das Sessões, em 10 de novembro de 1983.

(a) FIORI LUIZ.

JUSTIFICATIVA:

Os jornalistas profissionais do Paraná, após sucessivas tentativas de negociações com a classe patronal do setor, sem nenhum sucesso, se vêem ameaçados de perder uma conquista de mais de vinte anos, que é o piso salarial, entre outros direitos adquiridos. Embora tudo esteja na pendência de uma decisão da Justiça do Trabalho, não há razão para otimismo. Afinal, o próprio governo do Estado, sendo o maior empregador da categoria, não reconhece em seus quadros funcionais a função do jornalista, não cumprindo, por conseguinte, a regulamentação da profissão.

Esse fato foi levado ao conhecimento do senhor governador do Estado pelos jornalistas de Londrina, bem como assinar o Acordo Salarial proposto por este Sindicato.

No entanto, essa promessa não foi cumprida e agora, apelamos ao excelentíssimo senhor governador para que assine este Acordo com brevidade, a fim de definir a situação dos jornalistas vinculados à administração pública estadual.

REQUERIMENTO

Senhor Presidente.

O deputado que a este subscreve, no uso de suas atribuições regimentais, REQUER à Mesa, seja oficiado às Lideranças de todos os partidos políticos no Senado da República e na Câmara dos Deputados, solicitando-lhes que não encampem os pressupostos do imperialismo norte-americano e do FMI contra nosso povo, institucionalizando a prática do aborto em nossa terra. Considerando-se que as situações extremas em que inevitável se faz a prática do aborto já estão previstas em nossas leis, espera-se dos congressistas brasileiros que repudiem a filosofia abortista, doutrina esta defendida em certa ocasião pelo ex-presidente norte-americano Dwight Eisenhower como prática salutar, mesmo porque com relação ao terceiro Mundo, "era muito mais higiênico e eficaz matar os guerrilheiros no ventre materno que ter que assassiná-los mais tarde nas serras ou nas ruas".

Sala das Sessões, em 10 de novembro de 1983.

(a) TADEU FRANÇA

JUSTIFICATIVA:

Em qualquer estágio em que se encontre a vida humana, é ela merecedora do mais profundo respeito. Ao invés da imensa dimensão publicitária desencadeada pela pregação do aborto institucionalizado, deveriam ganhar espaço as motivações fecundas em torno da paternidade e da maternidade responsáveis.

Historicamente, o capitalismo selvagem tem alcançado grande êxito em sua pregação de que a pobreza dos povos por eles explorados tem como causa a recusa à prática do aborto pura e simplesmente, buscando fazer crer que não são eles os culpados pela desgraça dos quintais penalizados em nome da manutenção de uma opulência excessiva em cima da qual se nutrem, principalmente forjando intermináveis cinturões de miséria na África e na América Latina. No fundo, a raiz da pregação do aborto em nosso País é o temor dos trustes internacionais em perder o comando explorador de nosso povo, caso esta gente não opte por mecanismos radicais que possam coibir a qualquer preço nosso crescimento demográfico. Em última instância, o movimento feminista e outros similares que preconizam a legalização

pura e simples do aborto são inocentes, úteis e inconscientemente a serviço dos interesses multinacionais contra a nossa soberania. Sabem os membros destes interesses que um povo forte e conscientizado haveria de rejeitar às amarras do subdesenvolvimento por eles ajustadas contra os brasileiros.

Cumprir ainda destacar que, além das razões sócio-político-econômicas, nossa sociedade monoteísta interpreta a vida como sendo um dom de Deus e o "NÃO MATARÁS" um eterno agora a assegurar a perpetuação da espécie humana num universo onde as maiorias ainda são condenadas até mesmo a pensar e agir segundo os desígnios egocêntricos dos pequenos e potentes núcleos dos excessivamente desenvolvidos.

REQUERIMENTO

Senhor Presidente.

O deputado que o presente subscreve, no uso de suas atribuições regimentais, REQUER à Mesa, após ouvido o Plenário, encaminhamento de solicitação oficial ao excelentíssimo senhor diretor presidente da COPEL - Companhia Paranaense de Energia, através do excelentíssimo senhor secretário de Estado do Interior, objetivando o barateamento e apoio tecnológico quanto à implantação de uma rede de energia no conjunto habitacional a ser construído no município de Goio-Erê.

A construção de moradias de modo a não apenas baratear os custos de construção como viabilizar as vendas das unidades prontas; a exploração de mecanismos como a auto-construção (no qual os interessados seriam estimulados a construir suas próprias moradias, recebendo facilidade na aquisição de materiais de construção e a infra-estrutura básica), e tantas outras formas de construção de residências, são objetivos gerais do governo do Estado, no que tange à política de habitação popular. Neste aspecto, parte da comunidade de Goio-Erê pretende realizar a construção de casas pelo sistema de mutirão, seguindo o exemplo de diversas localidades do Brasil, já tendo recebido inicialmente a imprescindível ajuda do senhor Wladimir Scarpari, que doou uma área com capacidade de abrigar a construção de cem casas. A este respeito, torna-se necessário o apoio da COPEL ao que se refere a infra-estrutura de um conjunto habitacional, mais especificamente a implantação de uma rede de distribuição de energia elétrica nas residências, assim como na iluminação pública.

Pelas razões expostas, espera-se por parte da COPEL, através dessa secretaria de estado do Interior, a um posicionamento capaz de contribuir para a realização da obra ora discurrida.

Sala das Sessões, em 10 de novembro de 1984.

(a) RUBENS BUENO

REQUERIMENTO

Senhor Presidente.

O deputado que o presente subscreve, no uso de suas atribuições regimentais, REQUER à Mesa, após ouvido o Plenário, encaminhamento de solicitação oficial a excelentíssima senhora superintendente da Fundepar - Fundação Educacional do Paraná, através da excelentíssima senhora secretaria de estado da Educação, no sentido de que seja autorizado em caráter de urgência, recursos financeiros a serem aplicados em reformas gerais nas dependências da Escola Estadual Manoel Antônio da Cunha - Ensino de Primeiro Grau, localizado na municipalidade de Terra Boa.

De iniciativa do excelentíssimo senhor Elso Garcia Segura, prefeito municipal, este afirma, conforme correspondência, a real necessidade de se providenciar a imediata execução de obras nas instalações daquele estabelecimento de primeiro grau, tendo em vista que a situação do prédio atualmente não oferece condições de segurança aos professores, estudantes e funcionários, especialmente.

Tal pedido é encaminhado através dessa Pasta em face da difícil situação econômica da administração municipal de Terra Boa em possibilitar tais reparos, mesmo porque a Escola Manoel Antônio da Cunha - Ensino de Primeiro Grau, pertence à rede estadual de ensino.

Sala das Sessões, em 10 de novembro de 1983.

(a) RUBENS BUENO

REQUERIMENTO

Senhor Presidente.

O deputado que o presente subscreve, no uso de suas atribuições regimentais, e ouvido o Plenário, REQUER seja endereçado expediente ao Ministério de Minas e Energia, no sentido de que sejam incluídas no projeto de implantação de destilarias de álcool, neste Estado, empresas paranaenses.

Sala das Sessões, em 10 de novembro de 1983.

(a) GABRIEL SAMPAIO

JUSTIFICATIVA:

Está em andamento o processo de instalação de cerca de 12 (doze) macro-destilarias de álcool no Paraná. A sistemática de financiamento adotada implica na contratação de uma única empresa para a execução total da obra em "Turn-Key", ou seja, "Pacote-Fechado", o que vale dizer, somente empresas de grande porte, possuidoras de grupo definido para a realização de todos os serviços, poderá operar.

Tal procedimento, alija do empreendimento as empresas paranaenses possuidoras de técnica e experiência nessas montagens, impedindo, inclusive, desta forma, a geração de um bom número de empregos que de tal participação decorreriam.

Tendo em vista o prejuízo que o referido procedimento acarreta à mão-de-obra da região, é que solicitamos a inclusão de empresas paranaenses na execução do projeto, considerando que se algumas obras já se encontram iniciadas, outras tantas ainda se encontram em fase de licitação.

REQUERIMENTO

Senhor Presidente.

O deputado que o presente subscreve, no uso de suas atribuições regimentais, REQUER à Mesa, após ouvido o Plenário, encaminhamento de solicitação oficial ao excelentíssimo senhor diretor presidente da SANEPAR - Saneamento do Paraná, através do excelentíssimo senhor secretário de estado do Interior, objetivando a execução de obras de ampliação da rede de água localizada no distrito de Ivaílandia, pertencente à municipalidade de Engenheiro Beltrão.

Devido ao crescimento verificado ultimamente naquele distrito, especialmente no que diz respeito ao contingente populacional, verifica-se, nos dias de hoje, diversos riscos à saúde em face de estar boa parte dos moradores de Ivaílandia, desprovidos da utilização de água potável. Além do mais, a realização da referida obra, deve acontecer o mais breve possível, a fim de possibilitar a toda aquela coletividade maior segurança, tais como menor risco de doenças.

Pelas razões expostas, espera-se a tomada de medidas, já

que o problema ora discorrido, enquadra-se perfeitamente nas metas do governo Estadual e conseqüentemente dessa secretaria de estado do Interior, no que tange à elevação do nível de vida dos paranaenses.

Sala das Sessões, em 10 de novembro de 1983.

(a) RUBENS BUENO

REQUERIMENTO

Senhor Presidente.

O deputado que o presente subscreve, no uso de suas atribuições regimentais, REQUER à Mesa, após ouvido o Plenário, encaminhamento de solicitação oficial ao excelentíssimo senhor secretário de Estado da Saúde e Bem-Estar Social, objetivando a destinação em caráter de urgência, uma ambulância devidamente equipada para a municipalidade de Ubitatã.

De iniciativa do excelentíssimo senhor vereador José Vicente Pires, tal pedido teve sua aprovação por unanimidade de votos, quando da realização da sessão na Câmara Municipal de Ubitatã, sendo que na oportunidade, o nobre vereador salientou as precárias condições de atendimento à população, citando a exemplo, que são diversas as pessoas que ficam impossibilitadas de serem encaminhadas aos órgãos de saúde. Ademais, a administração municipal tem apenas um veículo que serve como ambulância, mas que ultimamente tem estado em oficinas para a realização de reparos na parte mecânica, deixando à margem os habitantes que dela precisariam.

Pelas razões ora discorridas, fazem-se necessárias a essa secretaria de estado da Saúde e Bem-Estar Social, em face da grave situação financeira da prefeitura municipal de Ubitatã, atender ao que ora é exposto.

Sala das Sessões, em 10 de novembro de 1983.

(a) RUBENS BUENO

REQUERIMENTO

Senhor Presidente.

O deputado que o presente subscreve, no uso de suas atribuições regimentais, REQUER à Mesa, após ouvido o plenário, encaminhamento de solicitação oficial ao excelentíssimo senhor diretor superintendente da EMOPAR - Empresa de Obras Públicas do Paraná, através do excelentíssimo senhor secretário de Estado da Administração, no sentido de que sejam liberados recursos financeiros para possibilitar a construção de uma cozinha e um refeitório para o Colégio Estadual Polivalente localizado no município de Goio-Erê.

Todas as demais escolas existentes naquele município possuem tal obra, ficando apenas os estudantes do referido estabelecimento, privados de ter por exemplo, uma merenda escolar, tendo em vista a falta de instalações apropriadas.

Neste sentido, espera-se que medidas sejam tomadas visando a eliminação do problema ora verificado atendendo a reivindicação, conforme correspondência do excelentíssimo senhor prefeito municipal de Goio-Erê, Vicente Mashahiro Okamoto.

Sala das Sessões, em 10 de novembro de 1983.

(a) RUBENS BUENO

REQUERIMENTO

Senhor Presidente.

O deputado que o presente subscreve, no uso de suas atribuições regimentais, REQUER à Mesa, após ouvido o Plenário, encaminhamento de solicitação oficial ao excelentíssima senhora superintendente da FUNDEPAR - Fundação Educacional do Paraná, através da excelentíssima senhora secretária de Estado da Educação, objetivando a liberação, em caráter de emergência, de recursos financeiros

para a construção de novas salas de aula e demais dependências no Colégio João XXIII, localizado no município de Mamborê.

De iniciativa do excelentíssimo senhor prefeito municipal Ivo Bruneta, este afirma conforme correspondência, que a comunidade escolar daquele estabelecimento está já há muito tempo aguardando o início de tais obras, pois, as instalações atuais são insuficientes e também apresentam inúmeras precariedades. Ademais, aproxima-se o final do ano letivo, sendo que para o ano seguinte muitas crianças poderão ficar fatalmente sem poder estudar, em face da insuficiência de salas.

Torna-se imprescindível, por parte dessa secretaria de Estado da Educação, a imediata liberação de recursos capazes de assegurar a construção das obras relatadas que por certo, não servirá simplesmente para aumentar o número de estudantes, mas principalmente oferecerá uma melhor condição de ensino.

Sala das Sessões, em 10 de novembro de 1983.

(a) RUBENS BUENO

REQUERIMENTO

Senhor Presidente.

O deputado que o presente subscreve, no uso de suas atribuições regimentais, REQUER à Mesa, após ouvido o plenário, encaminhamento de solicitação oficial à excelentíssima senhora superintendente da FUNDEPAR - Fundação Educacional do Paraná, através da excelentíssima senhora secretária de Estado da Educação, no intuito de que seja autorizada a liberação de recursos financeiros, para ser aplicado em reformas gerais nas instalações da Escola Estadual Professor Léo Kholer - Ensino de Segundo Grau, localizado na municipalidade de Terra Boa.

Encontra-se atualmente bastante obsoletas as instalações daquele Educandário, tornando-se difíceis as realizações de aula capazes de cumprir as determinações curriculares previstas na Lei n.º 5692, que regulamenta o ensino a nível de 1.º e 2.º Graus.

Sem dúvida alguma que o pedido ora discorrido, está contido nos objetivos dessa Secretaria de Estado, através de seus organismos, no que diz respeito à ampliação do número de educandários, mas especialmente na melhoria dos estabelecimentos já existentes.

Sala das Sessões, em 10 de novembro de 1983.

(a) RUBENS BUENO.

REQUERIMENTO

Senhor Presidente.

O deputado que o presente subscreve, no uso de suas atribuições regimentais, REQUER, após ouvido o Douto Plenário, envio de expediente ao excelentíssimo senhor doutor Luiz Felipe Haj Mussi, digníssimo secretário de Estado da Segurança Pública, no sentido de que sejam tomadas providências urgentes, sobre a fuga de mais 11 (onze) presos da delegacia da Cidade de Paranaguá.

Sala das Sessões, em 10 de novembro de 1983.

(a) NESTOR BAPTISTA.

JUSTIFICATIVA:

Tal solicitação, prende-se ao fato dos inúmeros assassinatos ocorridos naquela localidade nos últimos

meses, bem como, a fuga dos 11 (onze) presos, "perigosos", o que vem ocasionando pânico à população da cidade de Paranaguá.

REQUERIMENTO

Senhor Presidente.

O deputado que o presente subscreve, no uso de suas atribuições regimentais, REQUER, após ouvido o Plenário, seja enviado expediente ao senhor doutor JOSÉ BRANDT SILVA, digníssimo presidente do Conglomerado Banestado, para que tome as devidas providências a fim de que seja mantida a diretoria regional do Banestado da cidade de Apucarana - Pr.

Sala das Sessões, em 10 de novembro de 1983.

(a) JORGE MAIA FILHO.

Projetos de Lei:

PROJETO DE LEI Nº 212/83.

A Assembléia Legislativa do Estado do Paraná

DECRETA:

Art. 1.º - A UPES - União Paranaense dos Estudantes de 1.º e 2.º Graus - será a única autorizada a fornecer Cédula de Identidade Estudantil (CARTEIRINHA DE ESTUDANTE), no âmbito Estadual, aos estudantes matriculados na rede oficial de ensino de 1.º e 2.º graus.

Art. 2.º - A UPES - União Paranaense de Estudantes de 1.º e 2.º Graus, - manterá convênio com as direções das escolas oficiais, através de ato da Secretaria de Estado da Educação, para expedição das Identidades Estudantis.

Art. 3.º - A Secretaria de Estado da Educação, através da resolução a ser baixada em 15 dias após a publicação desta lei, regulamentará o dispositivo no artigo 1.º.

Art. 4.º - Esta lei entrará em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Sala das Sessões, em 10 de novembro de 1983.

(a) RUBENS BUENO.

JUSTIFICATIVA:

A UPES passa por uma crise financeira, com dívidas em torno de dois milhões de cruzeiros, no qual vem preocupando o conjunto dos estudantes, bem como a atual diretoria da entidade e a classe política do Paraná quanto aos destinos do Movimento Estudantil Secundarista do Paraná.

Neste sentido, nós da classe política jamais poderíamos ficar à margem destes acontecimentos, principalmente em se tratando dos interesses da população paranaense, uma vez que os estudantes sempre estiveram e estão na vanguarda das lutas democráticas na Nação brasileira.

A "minguada" fonte de renda, que tem garantido a existência da UPES e das entidades como um todo, é proveniente das "carteirinhas" de estudantes. Porém, todo ano aquelas entidades enfrentam concorrências com empresas exploradoras que atuam apenas em função de lucros na confecção das Identidades Estudantis (Carteirinhas de Estudantes).

Com a padronização das identidades estudantis somente a UPES, em conjunto com a direção de cada escola, terá direito de identificar os estudantes de 1.º e 2.º Graus da rede Oficial de Ensino do Estado do Paraná.

Por isso solicito o apoio dos nobres pares, no sentido de contar com vossa compreensão, para que seja concretizada esta antiga reivindicação dos estudantes de 1.º e 2.º Graus do Estado do Paraná.

Em anexo a esta, estou encaminhando moção de apoio com assinaturas de 53 senhores deputados desta Casa, encaminhada pela diretoria da UPES - União Paranaense dos Estudantes de 1.º e 2.º graus.

PROJETO DE LEI Nº 213/83

A Assembléia Legislativa do Estado do Paraná

DECRETA:

Art. 1.º - Fica declarada de utilidade pública a ASSOCIAÇÃO DE PROTEÇÃO À MATERNIDADE E À INFÂNCIA DE SÃO JORGE, com sede e foro na cidade de São Jorge do Ivaí.

Art. 2.º - Esta lei entrará em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Sala das sessões, em 10 de novembro de 1983.
(a) BASÍLIA ZANUSSO.

JUSTIFICATIVA:

A Associação que pretendemos seja declarada de utilidade pública, está devidamente registrada sob n.º 53, livro "A-1", do Registro de Títulos e Documentos de Maringá há mais de dez (10) anos.

A principal finalidade da APMI é dar proteção e assistência antes, durante e depois do parto; assistência alimentar à criança, à gestante e a lactente em estado de desnutrição, principalmente à família com prole numerosa.

A documentação apresentada, através do relatório de atividades, vem demonstrar o cumprimento das exigências legais, para ser declarada de utilidade pública.

Diante do exposto, levamos aos nobres Pares, o presente plano de lei, contando o devido apoio.

PROJETO DE LEI Nº 214/83.

A Assembléia Legislativa do Estado do Paraná
DECRETA:

Art. 1.º - Fica vedada as empresas públicas prestadoras de serviços essenciais, tais como luz, água e esgotos, a cobrança de multas pelo atraso de pagamento das respectivas faturas.

Parágrafo Único - Em substituição às multas, cobrar-se-á uma taxa de mora com valor estabelecido por dia de atraso em 1/30 (um trinta avos) da multa cobrada até a vigência desta lei.

Art. 2.º - Esta lei entrará em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Sala das Sessões, em 10 de novembro de 1983.
(a) FIORI LUIZ.

JUSTIFICATIVA:

A cobrança de multas pelo não pagamento de contas de serviços essenciais, tais como luz, água e esgotos, revestem-se de características sumamente injustas. A data de vencimento de tais contas fixada muitas vezes para

os últimos dias do mês, não coincidindo com a data de recebimento de seus salários, leva, na maior parte das vezes, o trabalhador de baixa renda a pagá-las em atraso, com uma multa bastante sensível.

Nestas condições, se o usuário pagar sua conta de luz com apenas um dia de atraso, será penalizado com a mesma multa que atinge aquele que o faz com dez ou mais dias.

Passando a mora a ser cobrada na forma que hoje preconizamos, veremos que o atraso será penalizado de maneira proporcional ao período em que se deu, e não penalizando por igual e de forma indiscriminada tanto aquele que atrasou um único dia, como quem atrasou dez ou mais, como até agora tem sido feito.

PROJETO DE LEI Nº 215/83.

A Assembléia Legislativa do Estado do Paraná
DECRETA:

Art. 1.º - Fica denominada "ESCOLA ESTADUAL EURIDES CAVALCANTI TENÓRIO" - Ensino de 1.º grau, a atual ESCOLA ESTADUAL EMILE DURKHEIN - Ensino de 1.º grau, da Cidade de Cruzeiro do Sul.

Art. 2.º - Esta lei entrará em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Sala das Sessões, em 10 de novembro de 1983.
(a) BASÍLIO ZANUSSO.

JUSTIFICATIVA:

A homenageada foi a primeira professora de Cruzeiro do Sul. Tendo transferido sua residência do estado de São Paulo, começou a lecionar como professora primária no então distrito de Cruzeiro do Sul, em 15 de fevereiro de 1953. A partir de então, continuou a prestar relevantes serviços no campo da Educação como professora, diretora e inspetora municipal. Exerceu ainda, as funções de Secretária e Auxiliar de Administração da Escola Emile Durkhein - Ensino de 1.º grau.

Pela Resolução n.º 13.803/83, publicada no Diário Oficial do Estado, de 31 de março de 1983, foi aposentada no cargo de Professora classe e nível B-2, quando exercia a função de Auxiliar de Administração da Escola Estadual Emile Durkhein e pela Resolução n.º 13.934/83, foi aposentada no cargo de Professora classe e nível C-3, na função de Secretária da referida Escola.

Pelos relevantes serviços prestados à comunidade, o Legislativo Municipal por unanimidade de seus membros, agraciou-a com o Título de Cidadã Honorária de Cruzeiro do Sul.

Eurides Cavalcanti Tenório nasceu em 15 de outubro de 1918, na Cidade de Bebedouro, Estado de Alagoas e faleceu em 20 de agosto de 1983 em Cruzeiro do Sul, cidade onde lecionou por mais de trinta anos.

O SR. PRESIDENTE (Werner Wanderer) - Está finda a leitura do expediente. No Pequeno Expediente, concedo a palavra ao senhor deputado Tadeu França, inscrito.

O SR. TADEU FRANÇA - Senhor presidente, senhores deputados. (Lê):

"Se por um lado, traz especiais rigores na concessão de licenças para tratamento de saúde aos professores paranaenses e demais servidores públicos do Estado, o convênio hoje celebrado entre a Secretaria de Estado da Saúde e a da Administração, prodigaliza expressiva economia não só para o próprio Estado, como também

para os próprios servidores públicos. Pela antiga sistemática que hoje deixa de vigorar, os pedidos de licença para tratamento de saúde poderiam ter como ponto de partida qualquer profissional de medicina que, mediante homologação através dos Distritos Sanitários, eram concedidos pelo prazo mínimo de 15 (quinze) dias, tanto para portadores de simples gripes referendadas muitas vezes por atestados médicos de validade discutível, como para os pacientes vitimados por graves enfermidades. Decorrido este prazo, o enfermo era obrigado, e muitas vezes sem a menor condição, a deslocar-se para a capital em busca de prorrogação que só seria obtida, depois de submeter-se à perícia médica oficial.

Mediante o convênio ora inaugurado, 20 (vinte) Unidades Distritais Sanitárias distribuídas por cidades-pólo do Estado passam a ter poderes para conceder e prorrogar licenças, desde que necessárias efetivamente, desfazendo-se a necessidade do paciente deslocar-se a Curitiba.

Quanto à concessão de licenças, só os médicos-chefes dos Postos de Saúde Pública poderão assiná-las e pelo prazo máximo de 07 (sete) dias, passível de prorrogação por uma vez somente, a nível local.

As 20 (vinte) juntas autônomas que, para o processo de concessão de licenças para tratamento de saúde, terão poderes iguais aos da própria Secretaria de Estado da Saúde serão assistidas por um programa especial de computadores pela Secretaria de Estado da Administração, que acompanhará, para uma análise, os processos de reincidência em licença. Beneficiando os servidores realmente enfermos e de fato necessitados da referida vantagem, o atual convênio se propõe a criar todo tipo de licenças para tratamento de saúde, habitualmente sustentada no passado por atestados "frios", e incidirá já para o próximo ano, sem qualquer prejuízo aos de fato merecedores da licença, uma economia na ordem de 240.000.000 (duzentos e quarenta milhões de cruzeiros) aos cofres públicos do Estado do Paraná."

Muito obrigado.

O SR. PRESIDENTE (Trajano Bastos) — Concedo a palavra, no Pequeno Expediente, ao senhor deputado Márcio Almeida, inscrito. (Ausente).

Concedo a palavra, ao senhor deputado Fiori Luiz, inscrito. (Ausente).

No Pequeno Expediente, concedo a palavra ao senhor deputado Gabriel Sampaio, inscrito.

O SR. GABRIEL SAMPAIO — Senhor presidente, senhores deputados. (Lê):

"Atentos aos fatos que vêm se sucedendo e avolumando tensões político-sociais cada vez mais frequentes, acreditamos que chegada é a hora de uma reflexão profunda e da imediata busca de uma solução que venha ao encontro do que aspira a Nação brasileira.

É próprio o momento de relembrarmos que a caminhada para a redemocratização do País tem sido longa, penosa e árdua, e que se impõem todos os esforços no sentido de que não sejam criadas situações críticas que possam deflagrar um recuo, por menor que seja, nesse processo rumo a plena democracia.

Do senhor presidente da República, tivemos a palavra de que o País se redemocratizaria até o final de seu mandato e, efetivamente, outra coisa não tem feito sua excelência, envidando todos seus esforços neste sentido.

Entretanto, dada a crise financeira que ora atravessamos, vai se tornando cada vez mais difícil o diálogo entre o Executivo e todos os outros segmentos que formam a Nação brasileira.

Desnecessário, neste momento, explicitar os problemas que nos afligem, por demais conhecidos de todos a exaustão, e acreditamos não ser mais hora de se teorizar sobre as causas que nos levam à presente situação. O fato concreto, que é percebido por todos, se resume na divergência completa entre o Poder Executivo e todas as classes sociais, quanto a forma de se tentar solucionar o problema sócio-financeiro existente.

Parece que um impasse foi criado. O que hoje é contestado veementemente, não havendo aceitação por nenhuma das camadas sociais, é a política econômico-financeira adotada pelo Governo.

A divergência pode existir e é comum em qualquer sociedade. Os meios para solucioná-la é que modifiquem, conforme o tipo de sociedade onde ela ocorre.

Em regimes parlamentaristas, e o mundo está cheio de exemplos, em uma situação igual a que atravessamos, cairia o Gabinete, após ver negado o voto de confiança, e outro seria eleito conforme a vontade popular. Essa é uma prática comum, que não convulsiona e resolve as crises políticas dos países que a adotam.

Em que pese não ser essa a forma de governo vigente no Brasil, há que se perguntar porquê não se buscar alguma alternativa que venha a resolver a situação de impasse.

A democracia, ninguém cogita discordar, é um regime no qual os governantes, eleitos pelo povo, governam de acordo com a opinião pública. Neste princípio se fundamenta o regime democrático, e não há como tergiversar sobre a questão. É oportuno seria lembrar a definição de Gabriel Tarde que diz ser a opinião pública "um grupo momentâneo e mais ou menos lógico de julgamentos que, respondendo a problemas propostos, em dado momento, é partilhado por numerosas pessoas do mesmo país, do mesmo tempo, da mesma sociedade."

O que ocorre no País é exatamente a colisão de opiniões entre a sociedade brasileira e seu Poder Executivo.

Fatos, os mais variados, vão se sucedendo e aumentando a distância entre essas duas opiniões hoje reinantes. O governo já não mais consegue de seu Congresso a necessária aquiescência para que sejam aprovados seus decretos relativos à política financeira.

A situação de dependência em que se encontra o País em relação ao Fundo Monetário Internacional, cria sentimentos de necessidade de se ver preservada a soberania nacional, na medida em que as exigências deste órgão, para resolver nosso problema de insolvência, colidem com a aspiração da Nação de sair da crise recessiva para o desenvolvimento.

Se por um lado, nosso governo presidencial adotado garante uma completa autonomia em relação aos demais poderes, por outro lado, há que haver consonância com a opinião pública. E neste ponto é saudável citar com Darcy Azambuja que "é preciso que, acima das divergências de opinião entre a maioria e minoria, exista entre ambas um acordo sobre a legitimidade, o direito da maioria em impor o próprio modo de pensar." Não haveria como ser de outra forma.

Sintetizada assim a crise existente, resta-nos, como já dissemos anteriormente, sair em busca de

alguma solução para o entrave.

Fatos novos sempre devem afluir e ser acolhidos em períodos como o que atravessamos, na tentativa de salvar o principal que é a instituição democrática. Há que termos, numa ocasião assim, bastante flexibilidade de julgamento, para podermos discutir e aceitar procedimentos incomuns, desde que assentados na legitimidade. E é dessa maneira que surge a oportunidade de se perguntar o porquê de não poder o Executivo invocar, neste momento, a necessidade de antecipar a realização da eleição para a Presidência da República. Acreditamos que tal procedimento seria acolhido pela maioria, não como um gesto espúrio de renúncia, face as dificuldades vivenciadas pelo Executivo. Acreditamos sim, que toda a Nação brasileira teria a capacidade de abranger o verdadeiro significado de tal ato, que seria o de um procedimento revestido da mais alta coragem, colocando acima de quaisquer sentimentos pessoais, o bem comum.

Todos sabemos da mais sincera vocação democrática do senhor Presidente da República. É por demais conhecida sua louvável obstinação em transformar o País numa verdadeira democracia, e seus atos o demonstraram efetivamente durante o transcorrer de seu mandato. Todos acreditamos que não seria com a sua anuência que se acolheria um novo retrocesso político no País.

Isto posto, cremos que para que sejam asseguradas as medidas até aqui tomadas para o encaminhamento da plena vivência democrática e, para que finalmente se consolide todo o regime, mister se faz que o impasse seja superado, e o será, temos certeza, com a antecipação da eleição presidencial. Os meios legítimos para se chegar à realização de tal objetivo, certamente serão encontrados através da discussão e necessário estudo da matéria pelos Poderes competentes.

A nós, apenas, coube a sugestão, imbuída do mais alto desejo cívico, de contribuir de alguma forma para a solução dos problemas que todos, unanimemente, aspiram seja encontrada no mais breve espaço de tempo, para que o País e seu povo possam retomar sua caminhada rumo ao desenvolvimento, à paz e à tão almejada prosperidade."

O SR. PRESIDENTE (Werner Wanderer) — Concedo a palavra ao senhor deputado Edgar Pimentel, inscrito.

O SR. EDGARD PIMENTEL — Senhor presidente, senhores deputados.

A cidade de Ponta Grossa passa a sediar, a partir de amanhã, o 9º Congresso Sacerdotal Brasileiro, e a 11ª Convenção Nacional de Serra Clubes. É uma promoção dos Serra Clubes do Brasil, e tem por finalidade despertar a vocação especialmente a vocação à vida consagrada à juventude do Paraná.

Para que se tenha uma dimensão da importância do encontro que será celebrado em Ponta Grossa, confirmou a presença ao evento, sua excelência, reverendíssima Dom Carlo Fumo, Nuncio Apostólico no Brasil, da Santa Sé.

Ao encontro, está previsto o comparecimento de dezenas de bispos, sacerdotes, religiosos, e mais de mil seminaristas, que debaterão a problemática vocacional que aflige hoje, a Igreja Católica, e todos os segmentos da sociedade, uma vez que o que o Serra Clube se propõe fazer no seu trabalho de criar um clima propício ao florescimento das vocações cristãs, não significa apenas e tão somente a vocação consagrada ao serviço de Deus como missionário, como sacerdote, como pastor, mas

sim, a vocação cristã abrangente, que deve estar inserida no coração de qualquer cidadão, seja qual for a sua atividade na sociedade.

Assim é que entendemos todos nós, de que o plano salvífico de Deus necessita de homens que, fazendo uma introspecção a sua própria vocação, possam verdadeiramente, exercer a sua atividade vocacionalmente.

Assim é pois que, nenhum homem, sabidamente, se realiza na sua atividade, se a sua vocação não é aquela a qual ele destinou a sua vida.

Assim é que a gente percebe na sociedade de hoje quantos profissionais, com diplomas na mão, advogados, engenheiros, agrônomos, veterinários, médicos, vários segmentos da sociedade, e nós buscaríamos também o trabalhador rural, o agricultor, o carpinteiro, o pedreiro, qualquer cidadão que não viva vocacionalmente a sua atividade, ou, em outras palavras, qualquer criatura que não goste do que faz, não faz bem aquilo que se propõe a fazer.

Então, nesse trabalho que o Serra Clube do Brasil realiza, procura, efetivamente, despertar na consciência da sociedade a descoberta da verdadeira vocação a que todos somos chamados, para realizarmos o plano salvífico de Deus.

Eu devo acrescentar que o nome Serra, que é pouco conhecido, e essas associações que são pouco divulgadas, têm o nome em homenagem a frei Giunípero Serra, fundador do Serra Clube do mundo missionário franciscano espanhol, naturalizado americano, que fundou as primeiras missões no oeste americano e no Sul do México, e cujo trabalho é valorizado pela sociedade americana, a ponto de ser Giunípero Serra, homenageado no Capitólio, o Palácio do Governo americano, ao lado das mais proeminentes figuras da História americana como Thomas Jefferson, Lincoln, Roosevelt e tantos outros.

E hoje no Brasil existem 80 Clubes-Serra e no mundo todo, mais de 400, que funcionam como um clube de serviço, a serviço das vocações cristãs, a serviço do plano de Deus.

Obrigado. (Sem revisão do orador).

O SR. PRESIDENTE (Trajano Bastos) — Concedo a palavra ao orador inscrito, senhor deputado Jorge Maia Filho.

O SR. JORGE MAIA FILHO — Senhor presidente, senhores deputados.

A vida política da cidade de Apucarana, contém na realidade, fatos pitorescos.

Quando os prefeitos anteriores ao prefeito que hoje está na nossa cidade, pertencia à antiga ARENA, Apucarana não possuía, naquela época, deputado da Situação, governista então.

Os papéis inverteram. Hoje Apucarana tem um Prefeito da Situação e um Deputado da Oposição, este que vos fala neste momento. Lembro-me quando éramos da Situação e não tínhamos Deputado, este que vos fala, militando como vereador, como presidente da Câmara e como líder da extinta ARENA daquela cidade. Formávamos quase que mensalmente, comissões do Poder Legislativo, do Poder Executivo da cidade de Apucarana e das classes representativas, para irmos ao então secretário, ao ex-governador deste Estado, reivindicar órgãos públicos, postos avançados de autarquias e administração direta para a cidade de Apucarana, que é um pólo de região.

Hoje inverte-se a situação. Nós somos apenas deputado da Oposição, e o Poder Legislativo e Executivo daquela

cidade, hoje sendo Situação, têm também na realidade, senhores deputados, formado comissões e mais comissões, umas feitas pelo deputado federal da Situação e comissões feitas também pelo prefeito do PMDB, porque os dois, politicamente, não se entendem. Tem vindo mensalmente procurar os senhores secretários e o senhor governador do Estado, missão que é peculiar dos políticos, mas atentem aos seguintes detalhes, senhores deputados, senhor presidente, todas as comissões feitas pelo PMDB de Apucarana, chegadas ao senhor Governador do Estado, são para pedir para implorar, não obras que nós pedíamos anteriormente, mas para que o senhor Governador do Estado e seus secretários, não tirem os órgãos públicos daquela cidade.

Apucarana foi premiada com esta comitiva errante, ciganesca até do senhor Governador do Estado há meses atrás, e o que teve de fruto mesmo para a cidade, foi a extinção da Diretoria Regional do Estado que hoje está instalada em Apucarana; foi a extinção, e graças a Comissões, não se consignou, da Inspeção Regional de Ensino de Apucarana, e agora existe a ameaça de extinção dos escritórios da COHAPAR e da EMOPAR da cidade de Apucarana.

Eu venho desta tribuna pedir por favor ao senhor Governador: dê obras para minha cidade. Chega de tirar o que nós conseguimos com anos e anos de trabalho e sacrifício. Tenho que confessar aos senhores deputados que o povo de Apucarana está revoltado com as atitudes tomadas pelo senhor Governador e pelos senhores secretários de Estado que nada levaram àquela cidade, apenas então tirando o que nós pusemos com trabalho e sacrifício e com muitos anos. (Sem revisão do orador).

O SR. PRESIDENTE (Trajano Bastos) — A Mesa comunica a vossa excelência que o seu tempo está esgotado.

Concedo a palavra ao orador inscrito no Pequeno Expediente, senhor deputado Nestor Baptista. Ausente, concedo a palavra ao orador inscrito no Pequeno Expediente, senhor deputado Erondy Silvério.

O SR. ERONDY SILVÉRIO — Senhor presidente, nobres deputados.

Hoje estamos aqui falando aos senhores, neste "Palácio "Dezenove de Dezembro", localizado no Centro Cívico "Bento Munhoz da Rocha Neto", nomeação que, para grande orgulho, foi inspirada em projeto de lei de minha autoria de nº 284/83, pois pretendíamos, na oportunidade, homenagear não o construtor deste conjunto arquitetônico, mas um grande paranaense, um brasileiro maior. O que melhor informa sobre o nosso futuro não é o presente; só o passado forma história, e história é um processo de longo prazo, tanto no registro dos fatos quanto na projeção do que virá acontecer.

Fazem dez anos hoje que morreu Bento Munhoz da Rocha Neto, dez anos que o Paraná está sem ele. Entretanto, ele ficou na história, está nos registros, as crianças vão ler o resumo de sua biografia nas salas de aula. Mas nós, seus contemporâneos, temos o privilégio de pensar numa perspectiva de ensinamento como uma avaliação do presente e até com vislumbre de futuro sobre o significado da vida e da obra dessa personalidade.

Quero registrar aos senhores deputados que, durante o mandato de Bento Munhoz da Rocha Neto, vivia o Paraná a situação econômica mais grave do que esta que

estamos atravessando; primeiro por ser um Estado desequipado, quase em tudo, em estradas, em energia, em educação e cultura e até paz e segurança, porque as lutas pela posse e domínio da terra deixaram ainda mais vermelhas as terras férteis do Norte, Oeste e Sudoeste do Paraná.

O período de governo de Bento Munhoz da Rocha foi de 1951 a 1955. A economia estadual era marcada pela monocultura do café, estimulada pelo alto preço do produto no mercado internacional, a ponto de ocupar áreas absolutamente inviáveis sobre critérios de avaliação técnica para o cultivo do café.

Em 1953, geadas reduziram a um terço, as safras esperadas. Em 1955 estas geadas se repetiram e a produção do café no Paraná regrediu aos níveis de 48.

A grande realidade do governo, naquela época, era administrar um Estado desequipado de obras essenciais e absolutamente sem recursos financeiros.

Pois bem, vamos ver o resumo de obras atribuídas a Bento Munhoz da Rocha Neto por Rubens Wachowicz, no seu livro "A História do Paraná". Bento criou a Fundação de Assistência ao Trabalhador Rural, a Secretaria do Trabalho e Assistência Social; iniciou a construção da Termoeletrica de Figueira; iniciou o asfaltamento do trecho Londrina—Apucarana; construiu parte da Rodovia do Café; fundou a COPEL; edificou o Palácio Guaçu, o Teatro Guaíra e a Biblioteca Pública; concluiu centenas de grupos escolares; fundou as casas rurais e os postos de puericultura, etc., isto as crianças lêem no resumo biográfico.

Mas nós, deputados, que estamos envolvidos com a administração da coisa pública, percebemos o sentido organizado de um plano de governo. Um plano de governo desenvolvido sem o essencial, o dinheiro. A prioridade às obras rodoviárias, unindo o Norte à chamada Região Tradicional do Paraná, tinha um sentido integracionista, pois havia uma secessão de fato com o Norte ligado por origens culturais e necessidades econômicas, ao Estado de São Paulo. A unificação das repartições públicas neste Centro Cívico teve o mesmo tipo de inspiração que levou o governo deste País a criar hoje um Ministério da Desburocratização, quer dizer, tornar mais eficiente a administração pública e descomplicar a vida do povo.

A grande ênfase entretanto, foi dada ao setor de ensino e de cultura, com muitas escolas; nossa Biblioteca Pública é modelo padrão no Brasil; também nosso Teatro Guaíra. Obras essas que então eram consideradas visionárias perante às dificuldades financeiras do Estado.

Sentia Bento Munhoz da Rocha que educação e cultura devem estar na raiz de todo o desenvolvimento sócio-econômico, antevendo a grande realidade do mundo de hoje. As sociedades mais competentes e felizes são as que, graças ao avanço científico, conseguem explorar bem os recursos naturais de que dispõem.

Viu Bento Munhoz da Rocha Neto que era urgente tirar este País da posição que infelizmente ainda está: deitado eternamente em berço esplêndido, sem aproveitar, como deveriam ser aproveitados, os recursos com que a natureza privilegiou esta Pátria.

E assim acontece por pauperrismo de recursos humanos melhor preparados, chegando-se ao ponto em que o empobrecimento do povo aumenta na mesma proporção com que cresce o despreparo das novas gerações. Esta visão da grande personalidade pública, que consegue aplicar os seus conceitos intelectuais numa prática de Governo, valeu a Bento Munhoz da Rocha, a indicação para disputar a vice-Presidência da República em 1955.

Frustrada a articulação, ocupou o Ministério da Agricultura do Governo Café Filho.

Sociólogo, ensaísta e historiador, deixou quatorze obras editadas, duas delas traduzidas para o inglês e com repercussão internacional: "Uma interpretação das Américas" e "Mensagem da América". Nos títulos, já se adivinha que se tinha no Paraná um governante com visão universal, dos problemas mundiais.

Professor Catedrático de História da América, Sociologia e Deputado constituinte na legislatura de 1946, foi Bento Munhoz da Rocha, com apoio de outros eminentes paranaenses como Erasto Gaertner, Aramys Athaide e Brasil Pinheiro Machado, quem conseguiu do Ministério da Educação a reinstalação da Universidade Federal do Paraná, então dispersa em faculdades independentes, e manteve-se na luta pela federalização obtida a partir de 1950.

Há, senhor presidente e nobres deputados, um destaque histórico interessante no Governo Munhoz da Rocha. Em 1950, todo o Paraná vivia em tumulto com as questões de terras, com lutas armadas entre o domínio e os posseiros no Norte, Oeste e Sudoeste. Houve levantes de milhares de lavradores em Jaguapitã, Porecatu e em outras áreas isoladas. Caboclos insatisfeitos, temendo perder suas terras e lavouras por despejo, aventureiros e negociastas intrometidos, proprietários ávidos em retomar posse, políticos interessados em votos, agitadores comunistas, todos contribuíram para criar clima propício à sublevação dos desesperançados.

Nesse quadro, Bento Munhoz da Rocha Neto assumiu o governo do Paraná. Os lavradores foram atraídos ao entendimento e desarmados. Em 15 de março de 1951, o governo declarou de utilidade pública as terras litigiosas de Jaguapitã, Porecatu e outras, com fundamento no preceito constitucional do interesse social. Foi essa a primeira desapropriação de terras havida no Brasil, com base no interesse social. E teve início então a pacificação fundiária do Paraná, hoje felizmente quase concluída.

Pode-se também citar que Bento Munhoz da Rocha Neto foi primeiro secretário do Congresso Nacional, liderando o movimento que devolveu o Território Federal do Iguaçu ao Paraná, durante a legislatura 1959-1963.

Essa, na minha opinião, foi uma das maiores contribuições que um homem público pôde dar ao seu Estado. Foi a luta extraordinária de Bento Munhoz da Rocha, para que o território federal do Iguaçu, desmembrado do Paraná, retornasse, passasse a integrar o território do nosso Estado.

Em resumo, sr. presidente e nobres srs. deputados, falaríamos horas e horas sobre essa pessoa, temos aqui o

seu "currículo" que demandaria, não nesses dez minutos, que por generosidade da Mesa nos foram concedidos para homenagear essa figura, mas demandaria talvez em um expediente todo.

Falaríamos horas sobre essa pessoa, que foi um dos expoentes maiores da administração, da política e da intelectualidade de nosso Estado e do nosso país.

Mas, como mencionamos no princípio deste pronunciamento, o grande valor da história é permitir a avaliação do presente e a projeção no futuro. Homens acima do comum, como Bento Munhoz da Rocha Neto, não surgem todos os dias. Não se pode esperar que todos os governantes, todos os políticos ou todos os intelectuais, alcancem o brilho da sua inteligência e realizem obra tão fulgurante. Mas todos os governantes, políticos e intelectuais, e isto se aplica muito bem a esta Casa, todos os políticos devem tentar capturar reflexos do brilho dessa personalidade. Talvez seja isto que nos falte no momento, na vida pública brasileira e paranaense: preparo, visão, honestidade de propósitos, capacidade para administrar, mesmo sem dinheiro, com vistas abertas a um futuro melhor.

Bento Munhoz da Rocha Neto, foi um semeador da grandeza potencial que o Paraná tem hoje. O Paraná só espera, que seus sucessores tenham, pelo menos, a capacidade de não matar, de não espezinhar, de não maltratar, essa pequena muda que precisa e quer prosperar, e hoje pede mais cuidados do que tem recebido.

Sr. presidente e nobres srs. deputados, que não se mate agora, a preciosa obra de patriotismo, legada ao nosso povo, por Bento Munhoz da Rocha Neto. O povo precisa que ela viva.

Obrigado, sr. presidente. — (Palmas das galerias). — (Sem revisão do orador).

O SR. PRESIDENTE (Trajano Bastos) — Concedo a palavra ao sr. deputado Rubens Bueno.

O SR. RUBENS BUENO — Sr. presidente, srs. deputados.

(Lê): "O último estadista do Paraná. Foi assim, senhor presidente e senhores deputados, que Bento Munhoz da Rocha passou a ser conhecido, a partir de sua morte, cujo décimo aniversário comemoramos hoje. Uma das maiores, senão a maior figura política deste Estado, Bento dedicou toda a sua vida a este Estado, tornando-o conhecido por sua potencialidade através de conferências e palestras que ministrou por todo o Brasil, sem contar as obras que escreveu narrando a vida do nosso povo.

Bento situou assim, o Paraná e os paranaenses, em posições que este Estado jamais havia atingido. Fez com que a estrela paranaense passasse a brilhar na federação brasileira.

O ex-governador iniciou sua carreira em 1946, chegando quatro anos depois, a ser eleito governador, através da coligação de várias siglas partidárias. Em 1955, chegou a assumir o Ministério da Agricultura, durante a administração de Café Filho. Depois, foi reeleito deputado federal pelo Partido Republicano, vindo em seguida a disputar as eleições para o Senado Federal.

O reflexo do trabalho de Bento em favor deste Estado está hoje presente aqui, na própria designação do Centro Cívico, baseada em projeto apresentado pelo deputado Erondy Silvério. E mais: o nome do ex-governador batiza o maior auditório da América Latina, o Teatro Guaíra;

diversas praças, estabelecimentos de ensino, ruas de cidades, do interior, enfim uma série de obras que foram inauguradas após sua morte.

Detentor de uma série de títulos e de honrarias, o grande Bento Munhoz da Rocha foi condecorado por inúmeras vezes com as mais altas insígnias do Brasil e do exterior. Entre as homenagens, recebeu a Gran Cruz Magistral com a Ordem de Malta e a Medalha de Tamarandé, que muito bem refletiram a expressão política e cultural representada pela atuação do ex-governador.

Bento Munhoz da Rocha, como deputado estadual, prestou serviços de importância fundamental para este Estado, como a restituição do território do Iguaçu, que havia sido desmembrado do Paraná e que é hoje o nosso maior centro turístico, onde se localizam as cataratas. Ainda foi um lutador e obteve sucesso na sua meta de federalização da Universidade Federal do Paraná.

Ao se completar hoje o décimo aniversário deste grande e inesquecível político, queremos prestar aqui, em nome do PMDB, a nossa sincera homenagem ao político, ao estadista, ao administrador e ao escritor Bento Munhoz da Rocha. Um nome que está escrito com letras douradas, na história recente deste grande Estado e que deve ter o respeito perpétuo por parte das novas gerações de paranaenses que, no futuro, darão prosseguimento a uma das principais lutas de Bento, que é hoje de todos nós: fazer com que o Paraná seja conhecido e respeitado em todo o Brasil e também no exterior.

Muito obrigado."

O SR. PRESIDENTE (Trajano Bastos) – No Grande

Expediente, concedo a palavra ao sr. deputado Werner Wanderer.

O SR. WERNER WANDERER – Sr. presidente, srs. deputados.

(Lê): "Segundo os entendidos, depois de Jesus Cristo, é sobre Martinho Lutero, ou Martin Luther, que mais tem sido escrito. Isto é bem verdade, pois de 14 a 20 de agosto p.p. cerca de 250 pesquisadores de todas as partes do mundo estiveram reunidos para o 6º Congresso Internacional de Pesquisas de Lutero. Teólogos e historiadores dos mais diversos países debateram na oportunidade o tema: "A atuação e o impacto histórico" de Martinho Lutero. Este congresso realizou-se nos prédios do antigo mosteiro dos agostinianos, ordem a qual Lutero aderiu ao se tornar monge, e onde viveu e atuou como monge nos anos 1505 a 1511. Os resultados destas pesquisas e estudos obrigatoriamente aparecerão em nossa pátria brasileira, já que no Brasil existe uma grande concentração de luteranos que neste ano estão celebrando o 5º centenário de nascimento de Martinho Lutero. Aliás, 1983 é com justa razão denominado o "ano de Lutero".

Também nós precisamos abordar o tema Lutero, o Reformador da Igreja, analisar causas e consequências no século XVI e hoje, visto terem sido divulgados e transmitidos falsos conceitos, meias verdades e até infâmias a respeito de Lutero, por opositores de Lutero e cuja imagem em muitas esferas ainda subsiste.

INTRODUÇÃO

Os homens são inconstantes. Têm os seus altos e baixos, seus momentos de convicção e de incertezas, de fé inabalável e de dúvidas, de culto e adoração e de indiferença, de fervor e de frieza, de acatar a verdade, mas de defender a mentira como se verdade fosse, de crer no incrível e de rejeitar o óbvio e palpável. Como homem é um ser pensante e capaz de tomar as suas próprias decisões, Deus até permite que se desvie da verdade, que adore deuses falsos e que aceite o erro. Não que esta seja a sua

vontade ou o seu desejo, mas para que o homem volte a valorizar os bens que possuía e perdeu por não saber valorizar. E quando o homem envereda por caminhos que são becos sem saída e quer ser auto-suficiente, Deus se pergunta: até quando? Estará para sempre o homem dando as costas à verdade?

Jesus Cristo, antes de retornar ao seu lugar de origem, deu uma ordem à Igreja. Ela deveria pregar o Evangelho a toda criatura. Todos os homens deveriam chegar a saber que a reconciliação objetiva, isto é, de todos os homens com Deus, havia acontecido com a morte de cruz do próprio filho de Deus, Jesus Cristo. Em Cristo há perdão para todos os homens e para todos os pecados. Porém, cedo preceitos humanos começaram a ser adicionados às verdades claras, puras e simples da revelação divina contida na Bíblia. E a medida que os anos passaram, cada vez mais doutrinas contrárias à revelação de Deus cresceram em importância. No século XVI, época da Reforma de Lutero, o povo desconhecia a revelação clara de Deus. A Bíblia era um livro desconhecido e Jesus Cristo era apresentado como sendo um juiz irado e severo. Porém, Deus se beneficia de homens para aqui no mundo anunciar os seus desígnios e proclamar o Evangelho do perdão. No século XVI utilizou-se de um instrumento, Martinho Lutero, para devolver à igreja as doutrinas contidas na Bíblia, cujos reflexos se fizeram sentir também no plano cultural, social e econômico. Este movimento, conhecido por "Reforma Luterana", será assunto que pretendemos abordar. Para compreender o movimento da Reforma de Lutero, devemos analisar as causas principais, sem ferir adeptos deste ou daquele credo religioso.

I – CAUSAS DA REFORMA LUTERANA:

1) O ECLESIASTICISMO – a supremacia do clero sobre os leigos, ou seja a superioridade dos religiosos sobre os fiéis.

Pedro, o apóstolo, mostra que perante Deus todos os homens são iguais, pecadores, mas também todos tem perdão no sangue redentor de Cristo. Como pecadores que obtiveram o perdão, podem chegar-se diretamente a Deus, sem necessidade de intermediários. Como membros do sacerdócio universal de todos os crentes, podem também julgar a palavra ouvida e interpretá-la, tendo inclusive o privilégio de ajudar a divulgar a mensagem do Evangelho de Jesus. Entretanto, assim não era. Existiam as duas classes: o clero e o povo leigo. Além do mais, a Santa Ceia, ou Ceia do Senhor, passou a ser celebrada de forma diferente da instituída por Cristo. Achou-se uma maneira lucrativa de oferecer o perdão dos pecados, as indulgências, ou cartas de perdão, desmerecendo-se desta forma os méritos de Cristo, sua morte de cruz para a reconciliação do pecador com Deus. Além disto, a igreja estendeu o poder até além da morte, o que significa que nem mesmo com a morte se estava livre do poder da igreja.

2) O CANONISMO – a supremacia da tradição sobre a revelação.

A Bíblia deixou de ser a única norma de fé e vida para a igreja e os escritos de pais eclesásticos e resoluções de concílios e de bispos eram colocados em pé de igualdade com os escritos da Bíblia e em muitas questões até consideradas em importância maior.

3) O ESCOLASTICISMO – a supremacia da razão sobre a revelação.

O escolasticismo se caracteriza pelo esforço em explicar a fé cristã pela razão. E aí podemos imaginar os rumos que se seguiram. Fé, é a certeza de coisas que se esperam, é a convicção de fatos que se não vêem (Hebreus, 11.1). Nem tudo podemos compreender com a razão. Existem artigos da fé, revelados na Bíblia, diante dos quais a razão é obrigada a declarar a bancarrota. Se nós homens nem conseguimos compreender a nós mesmos, quem somos nós para tentar

compreender o Criador do homem? Infelizmente, porém, o escolasticismo permitiu que diversas doutrinas, contrárias aos escritos da Bíblia penetrassem sem muita resistência no seio da igreja. E cada vez mais a igreja se distanciava dos preceitos da Bíblia, para prejuízo da própria igreja.

4) O MORALISMO — a supremacia das obras sobre a fé.

A Bíblia sempre de novo afirma que, para ser salvo eternamente é necessário aceitar e confiar nos méritos de Cristo. Estavam esquecidas as verdades: "O justo viverá por fé" (Romanos 1.17), "Concluimos, pois, que o homem é justificado por fé, independentemente das obras da lei" (Romanos 3.28), "Pela graça sois salvos" (Efésios 2.8,9). A fé é vida e a fé viva irá produzir frutos, obras, a caridade. Os frutos da fé irão mostrar aos homens que se é salvo por confiar em Cristo. Com o ensino: "As obras são necessárias para a salvação", não se podia dar certeza ao pecador moribundo da vida eterna. Isto deu margem a teologia da dúvida, que deve levar o pecador a constante pergunta: será que já fiz o suficiente para ser aceito por Deus? A Bíblia afirma com muita clareza, sem margem de dúvida: "Quem crê no filho (Jesus Cristo) tem a vida eterna. (João 3.36).

Estas podem ser apontadas como as principais causas da Reforma do século XVI. Esta situação precisava ser modificada. Foi aí que Martinho Lutero haveria de surgir, como instrumento nas mãos de Deus para dar novamente ao povo a Bíblia, a sua palavra, e com ela, as verdades haveriam de ser aceitas e cridas para consolo e conforto do pecador atribulado.

II — MARTINHO LUTERO

Quando ainda faltavam 17 anos para Pedro Álvares Cabral descobrir a terra de Santa Cruz, o Brasil, nascia na cidade Eisleben, hoje Alemanha Oriental, o filho do casal Hans e Margerete Luther. Era a noite de 10 de novembro de 1483. Como cristão fiel, no dia imediato o pai levou o filho à igreja para o Santo Batismo. Como fervorosos membros da igreja, deram-lhe o nome Martinho, em homenagem ao Santo do dia, Martinho de Tours. Criado com severidade e amor, o pai procurou dar aos filhos estudo para que melhor pudessem enfrentar a vida. E cedo, aos quatro anos e meio, Martinho foi mandado a escola em Mansfeld, para onde os pais foram morar. O segundo grau foi nas escolas de Magdeburg e principalmente na cidade Eisleben, que se tornou a sua cidade. Finalmente veio o curso superior na renomada universidade de Erfurt, onde haveria de cursar a advocacia, pois era desejo do pai ver em Martinho um magistrado de renome. Mas Martinho nunca teve inclinação pela advocacia. A teologia era o seu interesse. O medo da morte e a certeza de salvação que a igreja oferecia a todos que abraçavam a vida clerical levaram Martinho Lutero a desistir da carreira advocatícia e ingressar no mosteiro dos Agostinianos em Erfurt. Haveria de se tornar padre. No mosteiro mais e mais penetrava nos ensinamentos da Bíblia e comparava os mesmos com os ensinamentos da igreja. Simplesmente não podia compreender como podia a igreja ensinar, por exemplo, que o perdão dos pecados podia ser obtido com dinheiro, as indulgências. Deus em sua palavra não deixa margem de dúvidas. Existe a reconciliação total com Deus através de Cristo, pois "o sangue de Jesus, seu filho, nos purifica de todo pecado". (I João 1.7.). Assim, a 31 de outubro de 1517, afixou à porta da igreja em Wittenberg, as 95 teses, que eram pontos de discussão ou debate com pessoas entendidas. Em questão de poucos dias a Alemanha inteira era sabedora destas teses, pois o povo estava sedento do Evangelho. Jamais Martinho imaginava que as suas idéias teriam repercussão tamanha na Alemanha e em outros países, onde outros precursores já haviam sido condenados à fogueira e mortos por desejarem a Reforma da igreja. Também tentou-se silenciar

Lutero, porém, Lutero baseava as suas afirmações na relevância de Deus, as Sagradas Escrituras. Continua o dito "Sola Scriptura", somente a Escritura, em assuntos de fé e vida. E quando Lutero foi convidado a comparecer perante as autoridades em Worms, foi categórico, mas sincero, dizendo: "A menos que me convençam com argumentos da Bíblia ou com outros argumentos claros, não quero e não posso retratar-me". Ele não queria agir contra a consciência. E a partir deste momento, na cidade de Worms, em 1521, o movimento começou a ganhar vulto. Amigos o "sequestraram" levando-o ao castelo de Wetburgo perto da cidade de Eisenach onde permaneceria no anonimato pelo período de 10 meses. Neste tempo fez um trabalho gigante, pois em apenas poucas semanas traduziu o Novo Testamento para o alemão, língua do povo. O povo novamente teria em mãos o livro que deve ser estudado pelos homens, a fim de se tornarem "Sábios para a salvação pela fé em Cristo Jesus", segundo palavras de Paulo, o apóstolo. Para honrar o matrimônio, ele mesmo entrou no santo estado matrimonial com a ex-freira, Catarina Von Bora. Este matrimônio foi abençoado com o nascimento de seis filhos.

Sua atividade foi de intensas atividades. Muitas obras escreveu e ficamos admirados como uma pessoa como Lutero, ocupado como só ele, pudesse produzir tanto. Apesar de tantas atividades, tinha tempo para a família e para os amigos. Gostava de cantar e alguns dos seus hinos continuam sendo cantados com tanto entusiasmo como tem acontecido na época. Famosos são os dois hinos de sua autoria: "Castelo forte é nosso Deus" e a canção natalina "Eu venho desde os altos céus", ambos cantados no mundo inteiro.

Com a Reforma tem também início um novo período da literatura alemã. A literatura recebeu, quanto ao conteúdo, um novo rumo. E quanto à língua alemã, uma nova roupagem. Com Lutero teve início a língua alemã clássica, da qual ele é o seu criador. Ele, por isso é considerado o maior intelectual do século XVI. Antes, a língua alemã era uma calamidade. Os humanistas insistiam no latim, usada nos colégios. Além do mais, havia dialetos na própria Alemanha. Que fez Lutero? Utilizando-se do alemão da chancelaria, e olhando como o povo falava, criou uma língua que tanto o povo como os intelectuais entendessem. Não que o seu interesse tenha sido criar uma língua para unir a Alemanha. Lutero queria da língua fazer um meio para um determinado fim, o qual era, propagar as doutrinas da Bíblia ao povo. E neste sentido alcançou o seu objetivo. A sua tradução da Bíblia teve sucesso sem precedentes. Como uma grande porcentagem do povo não sabia ler, procurou aprender a ler para poder ler a Bíblia.

Com o movimento da Reforma do século XVI o mundo começou a viver uma nova época. Os seus efeitos não apenas se fizeram sentir no campo religioso, mas também no campo material. Segundo Lutero, um homem irreligioso não é verdadeiramente educado e um homem educado é religioso. Ele estava firmemente convencido de que a cultura do intelecto apenas, sem a regeneração do coração do homem, é barbarismo civilizado e animalismo venerado. Na sua carta aos conselheiros da Alemanha, em 1524, disse: Onde (na escola) a Escritura não faz a regra, certamente não aconselho ninguém a enviar seus filhos. Qualquer um que não esteja incessantemente ocupado com a palavra de Deus pode tornar-se corrupto: ... Temo que as escolas de ensino superior sejam meios para conduzir ao inferno se elas não ensinarem diligentemente a Sagrada Escritura, e não a inculcarem nos jovens". Ele dizia que uma educação puramente secular não é o suficiente.

Compreendemos com estas palavras que uma educação integral apenas é aquela que, além do ensino secular, torna

sábio o homem para a salvação pela fé em Jesus Cristo, o Salvador. E nisto os pais tem uma grande responsabilidade. Onde a palavra de Deus não forma a norma de fé e de vida, as causas não poderão ir bem. Daí começou a ser sentido o movimento da Reforma também no plano material. O trabalho honesto começou a surgir. E exploração da classe menos favorecida pelos ricos começou a diminuir. Os governantes começaram a olhar os súditos com altruísmo. O povo começou a olhar as autoridades como os representantes de Deus aqui na terra para manter a ordem e a paz e por isso precisam ser obedecidas e repseitadas. O trabalho voltou a ser realizado com alegria e amor. A honestidade e o respeito pelo semelhante ganhou ênfase. E, é claro, onde existem todas estas virtudes o povo volta a sorrir. E onde há sorriso, ali há felicidade. E onde há felicidade, ali há paz. E onde há paz, ali Deus está presente. E, Deus estando presente, que mais precisa o homem?

III – 1983, “ANO DE MARTINHO LUTERO”

1983 é denominado o “Ano de Lutero”, porque a 10 de novembro estará se celebrando o 5.^o centenário de nascimento de Martinho Lutero. Setenta milhões de luteranos do mundo inteiro estão com o pensamento voltado para este homem que foi um instrumento utilizado por Deus para trazer de volta a verdade da Bíblia, em especial que o homem é salvo mediante o confiar em Jesus Cristo, o filho de Deus, que derramou o seu santo e precioso sangue para perdão de pecados de todos os homens. Desta forma, precisa ser anunciado aos homens a verdade, o homem é salvo eternamente pela fé em Jesus Cristo, independente das obras de caridade. Continua de pé o trinômio “Sola Scriptura” – somente a Escritura. Ela é a única base e norma de fé e vida. “Sola Gratia” – somente pela graça de Deus que somos salvos, sem merecimentos nossos. “Sola Fide” – somente pela fé, sem as obras.

IV – LUTERO HOJE:

No século XVI se fez necessário um retorno às verdades da Bíblia. A igreja, ou igrejas, devem estar em constante alerta, para não acontecer que as verdades da Bíblia sejam substituídas por outros ensinamentos que não estão segundo a vontade de Deus. E quando pensamos nas dificuldades que o Brasil e o mundo estão enfrentando, poderíamos apontar como a maior crise do Brasil e do mundo, a crise da fé e do amor ao semelhante. O altruísmo foi esquecido e o egoísmo se faz sentir em toda parte. Coloca-se em prática a máxima: não me importa quanto vais perder, a mim importa quanto eu vou ganhar, não me importa se vais morrer, importa que eu continuo vivo”. A exploração dos menos favorecidos e o enriquecimento de alguns são a prova disto. Tal acontece onde a palavra de Deus não é o guia e a diretriz na maneira de agir. O Brasil e o mundo necessitam com urgência um retorno a palavra de Deus. Povo e governo precisam sempre analisar com sinceridade as suas ações à luz da palavra de Deus. Ela deve ser norma de fé e vida. A palavra de Deus deve orientar patrões e empregados, pais e filhos, professores e alunos, ricos e pobres, evangélicos e católicos, governantes e governados, brasileiros e estrangeiros.

A IECLB (Igreja Evangélica de Confissão Luterana no Brasil) e a IELB (Igreja Evangélica Luterana do Brasil), as duas igrejas de maior expressão luterana na América Latina, no decorrer deste ano realizaram estudos de pesquisa e de reflexão em torno de um grande homem que alterou o curso da história, o monge, o professor e pastor, Martinho Lutero.

Precisamos ver em Martinho Lutero um paradigma de luta pela verdade da fé e pela unidade da igreja cristã no mundo.

Mas não queremos endeusar Lutero, apenas agradecer a

Deus pelas grandes bênçãos que o seu trabalho e sua obra trouxeram para a humanidade. Não queremos crer em Lutero, mas queremos crer o que Lutero creu. Não queremos defender Lutero. Queremos, isto sim, defender o que Lutero defendeu. Não queremos morrer por Lutero, mas morrer como Lutero morreu, isto é, confiando no amor de Deus. É, pois justa a homenagem que se presta a Martinho Lutero, no ano em que se celebra o quinto centenário de seu nascimento”.

Muito obrigado.

O SR. PRESIDENTE (Trajano Bastos) – Esta Presidência consulta à liderança do PDS nesta Casa, se fará uso do horário que lhe é reservado.

Concedo a palavra ao sr. deputado Ailton Cordeiro.

O SR. AIRTON CORDEIRO – Sr. presidente, srs. deputados.

Abordarei assunto que entendo, da maior importância não só para a valorização desta Casa, como também e especialmente para o esclarecimento da opinião pública do Paraná.

Sobre a resposta ao “Pedido de Informações” que formulei nesta Casa, dirigido ao governador do Estado. Resposta que é encaminhada a este Poder, pelo sr. secretário da Indústria e Comércio do Estado do Paraná.

Em requerimento de 19 de setembro de 1983, formulei algumas indagações sobre a viagem de uma missão do Paraná, aos países árabes, inclusive para podermos chegar a conclusões não só quanto à objetividade, mas também quanto à seriedade e oportunidade dessa peregrinação, de um grupo do governo do Estado do Paraná por países árabes, em busca do comércio exterior para o nosso Estado.

Devo mencionar em primeiro lugar, que causa-me estranheza que o governo do PMDB no Paraná, esteja agindo de uma forma frontalmente oposta ao que pregou ainda recentemente no Senado Federal, e aqui no Paraná, através dos meios de comunicação; o Senador Álvaro Dias, quando recriou as viagens dos funcionários do governo federal ao exterior, pelos elevados custos e também porque o Itamarati tem estrutura suficiente para atender as necessidades do Brasil, no exterior. Enquanto o senador Álvaro Dias faz este tipo de denúncia e exige do governo federal uma tomada de posição, a fim de impedir que funcionários graduados do governo façam as suas digressões ao exterior por conta do erário público, aqui no Paraná, a Secretaria de Estado da Indústria e do Comércio, manda ao exterior, uma comitiva em busca deste mesmo comércio, ignorando por completo, os canais diplomáticos e a mesma estrutura que alude o senador Álvaro Dias, num total desconhecimento não só da realidade nacional, das dificuldades nacionais, como também, das dificuldades do Paraná.

Mas, senhor presidente e senhores deputados, chamo a atenção de vossas excelências, para a seriedade de que deve se revestir um pedido de informações e para a seriedade que deve ser colocada por quem responde o pedido de informações. Há alguns meses atrás, formulei pedido de informações ao governador José Richa, quando no auge das demissões por perseguição política de funcionários públicos do Estado do Paraná, o senhor governador respondeu a esta Casa de uma forma incompleta, sem atender a todos os quesitos do pedido aprovado pelo plenário desta Assembléia. Devolvi a resposta ao senhor governador ao deputado Trajano Bastos, presidente da Casa, pedindo ao mesmo tempo que o governador José Richa se ativesse estritamente às perguntas formuladas para encaminhar a este Poder as respostas necessárias.

No entanto, o governador do Estado não encaminhou até a presente data as respostas às perguntas formuladas e eu gostaria de um esclarecimento da presidência da Casa sobre o

destino do expediente deste deputado, ao devolver aquele documento encaminhado de forma incompleta e desrespeitosa, não a mim, mas à Assembléia e a todos os parlamentares, a fim de que nós possamos ter uma noção de como nortear o nosso trabalho no Poder Legislativo.

Ao fazer o encaminhamento de votação sobre o pedido de informações a respeito da viagem aos países árabes, disse o ilustre deputado Roberto Requião, que os pedidos de informação são considerados para valer, e como tal, assunto da maior seriedade.

Não é, lamentavelmente, este o comportamento do Poder Executivo em relação a esta Assembléia.

Perguntávamos ao governador do Paraná, qual seria o custo em dólares, para o erário público, direta ou indiretamente, daquela missão que se deslocava ao exterior, e a resposta foi vinte e seis mil dólares, contraditando uma pergunta a seguir, que falava numa despesa superior a trezentos e quarenta mil dólares.

A imprensa denunciou e particularmente o jornal "O Estado do Paraná" levantou o problema, servindo-se de um telex que foi encaminhado pelo secretário da Indústria e do Comércio do governo do Estado, ao Banco Central do Brasil, cujo teor é o seguinte, e eu peço a atenção dos senhores deputados, porque o secretário da Indústria e do Comércio informa à Assembléia, repito, não informa a este deputado, informa a este Poder, que a missão aos países árabes custaria vinte e seis mil dólares. Peço a atenção de vossas excelências, ao telex encaminhado pelo mesmo secretário ao senhor Afonso Celso Pastori, presidente do Banco Central do Brasil:

Leio sr. presidente:

"Atendendo apelo governamental para o grande esforço de procurar equilibrar nossa banquilha de pagamentos externa, motivando e mobilizando a classe empresarial do Paraná, estamos promovendo uma missão comercial aos países árabes; referida missão conta com a simpatia de todos os embaixadores árabes a serem visitados, os quais prestigiaram com uma visita de três dias ao Paraná, por ocasião da posse do nosso governador.

Estamos dirigindo muito profissionalmente a missão citada, cujo projeto de ajuda financeira, sob a análise da Cacex mereceu todos os pareceres favoráveis estando atualmente em fase de decisão final, com o ilustre diretor daquele banco, Dr. Carlos Viacava, que naturalmente irá procurar viabilizar os recursos da ordem de apenas vinte e um por cento do total orçado.

A missão em tela foi dividida em duas etapas, a fim de reduzir os riscos da não realização de vendas. A primeira etapa, que denominamos missão precursora, estará composta de apenas cinco elementos que irão adiantar as negociações com maior disponibilidade de tempo, proporcionando aos empresários que estarão viajando em março ou abril de 84, melhores condições de venderem seus produtos.

A missão precursora, estará saindo no dia 5 de outubro de 83; o povo paranaense de grande poder de recuperação e que voluntariamente haverá de superar os graves problemas enfrentados com as recentes cheias, precisa contar com a compreensão de vossa senhoria, no sentido de aceitar a reiteração do pedido de autorização-complementação para a compra de dólares, entre-parênteses, 36.050 dólares, ao invés dos apenas 2.500 dólares autorizados normalmente para as viagens de turismo.

Não queremos acreditar ser necessário adquirir dólares no câmbio negro para esta viagem de trabalho, que temos a certeza culminará com o incremento do ingresso de divisas para o nosso País.

Reiteramos nosso pleito em data de 27/09/83, após indeferimento datado de 26/09/83, conforme correspondência

2/833723 - Curitiba Domador Epi - Consultoria Limitada.

Contamos com sua ajuda e compreensão pelo que antecipamos os nossos agradecimentos.

Assina o telex- Francisco Semeão Rodrigues Neto, Secretário de Estado da Indústria e do Comércio do Paraná.

Ora, srs. deputados, quando esta Casa pede ao governo o custo para o erário público desta Comissão que viajou aos países árabes, e o governo encaminha a este Poder a informação de que a viagem custa 26 mil dólares; e quando o secretário da Indústria e do Comércio pede ao Banco Central a liberação de 36 mil dólares para custear a viagem, a conclusão mais elementar a que nós chegamos, é que o governo do Paraná infelizmente mentiu sem nenhum pejo à Assembléia Legislativa do Paraná. Porque, para todos os efeitos esta Casa tem como custo desta viagem a importância apontada nas respostas àquele nosso "pedido de informações": 26 mil dólares.

No entanto, o secretário da Indústria e do Comércio, pede ao Banco Central, sob ameaça, pasmem srs. deputados, sob ameaça de comprar dólares no câmbio negro, a liberação de 36 mil dólares, dez mil dólares a mais, do que o custo apontado nas suas respostas encaminhadas a este Poder.

Parece-nos extremamente grave este episódio, daí porque conclamo à liderança do governo na Assembléia Legislativa, a fim de que tome, ao lado não do PDS, mas ao lado do povo e do Poder, as providências que são necessárias para determinarmos a restituição à esta Casa do respeito ao Poder Executivo, que quer ao que tudo indica, transformar esta Assembléia no seu quintal, fazendo e desfazendo, fazendo o mais e fazendo o menos, sem considerar nem os deputados do PDS e nem os deputados do PMDB.

O Sr. Luiz Alberto Oliveira - Vossa excelência permite um aparte? (Assentimento).

Nobre deputado Aírton Cordeiro, vossa excelência relata hoje nesta Assembléia, mais um escândalo do governo José Richa. O escândalo agora em dólares, porque o Jornal "O Estado do Paraná" releva, ou demonstra hoje nas suas páginas um outro escândalo, este em cruzeiros. O mesmo secretário da viagem aos países de Arábia, conforme vossa excelência afirmou é devedor, é inidôneo perante um estabelecimento oficial de crédito da República.

Está deixando de pagar as contas da sua empresa, que vende dormentes para a Estrada de Ferro do Vale do Rio Doce, cujo diretor de suprimentos da Vale do Rio Doce saiu, após ter contratado a compra de madeira da Madeireira Verona, para vir ser diretor geral da Secretaria de Estado da Indústria e do Comércio do Paraná.

Ele importou técnicos. Ele exporta dólares, 10 mil dólares, ele não explica. Exporta dólares e importa técnicos de outras regiões compromissadas com os seus negócios particulares. A Secretaria da Indústria e Comércio do Paraná, que deveria estimular o comércio e a indústria do nosso Estado, transformou-se num verdadeiro balcão de negócios do Sr. Francisco Simeão, que não tem pejo nenhum ao declarar publicamente que passa apenas 10 dias trabalhando na Secretaria de Indústria e Comércio, usando telex, telefone e pagando contas de suas empresas particulares com recursos do governo do estado.

Os outros vinte dias ele fica trabalhando no Maranhão. Mas não é só isso, eminente deputado. Este mesmo empresário devia e é avalista principal de uma operação de 99 milhões de cruzeiros no Banco do Desenvolvimento do Estado do Paraná- BADEP. Não sei em quanto está com juro e correção monetária, provavelmente, em mais de 150, 200 milhões de cruzeiros. Foi assim que o governador José Richa nomeou um inidôneo, moral e financeiramente, para ser seu secretário de Estado, para ocupar o primeiro escalão, do governo que veio para ser austero e moral neste Estado, sr. deputado Aírton Cordeiro.

É lamentável que o Paraná tenha que viver sob o mordonato de gente inidônea do governo do PMDB do Paraná.

Meus parabéns a vossa excelência pela denúncia substancial que traz à Assembléia Legislativa. E depois da denúncia de vossa excelência e da denúncia do Jornal "O Estado do Paraná", só há um ato que o governador José Richa pode praticar: exonerar o senhor Francisco Simeão Neto da Secretaria de Indústria e Comércio e nomear um dos empresários do comércio e da indústria honrados do Paraná.

Muito obrigado.

O SR. AIRTON CORDEIRO — Deputado Luiz Alberto Oliveira, eu apenas estranho, que, depois de tantas denúncias formuladas por vossa excelência, da tribuna desta Casa, envolvendo o mesmo cidadão Francisco Simeão Rodrigues Neto, Secretário de Estado da Indústria e do Comércio do Paraná, o governador José Richa que chegou ao Palácio Iguaçu embalado pela bandeira da moralidade, da austeridade e do combate à corrupção, não tenha tomado nenhuma providência, e este secretário continua a nadar de braçadas, fazendo o que bem entende e transformando uma Secretaria de Estado "num banco" dos seus negócios particulares.

Mas entendo também, que a Assembléia Legislativa do Paraná não pode silenciar, o presidente desta Casa como representante legal deste poder, não pode silenciar. Encaminharei a sua excelência a cópia deste telex enviado ao Banco Central e a cópia das respostas dirigidas a esta Casa pelo Secretário da Indústria e do Comércio, e espero ansioso e aflitamento, uma tomada de posição do Poder Legislativo. Afinal, não eram os homens do PMDB que pregavam com muita insistência, a retomada das prerrogativas do Poder Legislativo? não eram suas excelências que combatiam exaustivamente a arbitrariedade da excepcionalidade que subtraiu do Poder Legislativo as suas prerrogativas e, hoje, porque estão engajados nos atos lesivos aos interesses do Paraná, praticados pelo seu governo eleito em 15 de novembro passado e instalado, empossado em 15 de março último? Esta convivência, senhores deputados, é gravíssima, e nós estamos com a esperança e com fé, de que os Parlamentares do PMDB tomem a linha de frente a para o combate desta, que é outra grande falcatura que o Paraná toma conhecimento. Falcatura sim, porque o secretário informa a este Poder que a sua viagem custa vinte e seis milhões de dólares, pede ao Banco Central a liberação de trinta e seis mil dólares para a mesma viagem, na primeira parte da missão, e ameaça o Banco Central do Brasil com a compra de dólares no "câmbio negro". Este é um cidadão que não tem nenhuma autoridade cívica para integrar um governo que se diz popular, democrático e participativo, aviltando, afrontando, desrespeitando e soterrando as instituições morais, que nós devemos preservar em nosso Estado e em nosso País.

Que o governador José Richa desta vez acorde, saindo de sua omissão e punindo, não o seu secretário, mas dando ao Paraná o direito de imaginar que está sendo administrado com a seriedade que merecemos.

Muito obrigado. (Sem revisão do orador).

O SR. PRESIDENTE (Rubens Bueno) — Consulto à liderança do PDS se vai fazer uso do restante do seu tempo.

O SR. LUIZ ALBERTO OLIVEIRA — Declino, sr. presidente.

O SR. PRESIDENTE (Rubens Bueno) — Consulto à liderança do PMDB se vai fazer uso do seu tempo.

Concedo a palavra ao sr. deputado Ferrari Júnior, por cinco minutos.

O SR. FERRARI JÚNIOR — Sr. presidente, srs. deputados.

Oxalá a viagem a que se referiu o deputado Airton Cordeiro não tenha sido tão escabrosa quanto a do ano passado, se não me falha a memória, quando uma delegação do governo do sr. Ney Braga, liderada pelo então secretário da Agricultura, Reinhold Stephanes, viajou com destino ao Oriente. No Japão, uma comitiva do governo, de então, como diz na gíria popular "deitou e rolou", à base de dólares,

também comprado com o dinheiro nosso, com o dinheiro brasileiro, e nenhum tipo de solução aos problemas propostos surgiu.

Oxalá a viagem citada pelo ilustre deputado Airton Cordeiro, repito, não tenha sido escabrosa como aquela. Se realmente aconteceu, é de se lamentar e de se tomar uma providência. Porque quando ocorreu a viagem do PDS, do Sr. Reinhold Stephanes comandando uma missão do governo do estado do Paraná de então, ninguém do PDS levantou a voz. Deveriam ter feito.

O SR. LUIZ ALBERTO OLIVEIRA — Vossa excelência permite um aparte?

O SR. FERRARI JÚNIOR — Tenho cinco minutos. Vossa excelência sabe que não me nego a conceder apartes mas concederam-me cinco minutos apenas. Aliás é comum ao PDS falar "pelas vendas".

Ainda ontem o líder do PDS falava "pelas vendas", quando analisava o orçamento do Estado do Paraná e praticamente brincava sobre os números propostos.

Mas, sr. presidente, srs. deputados, o motivo que me traz à esta tribuna é uma preocupação que nos causou a nota divulgada pelo brilhante jornal "Indústria e Comércio", hoje, 10 de novembro, referindo-se ...

O SR. JORGE MAIA FILHO — Vossa excelência permite um aparte?

O SR. FERRARI JÚNIOR ... ao Banco do Estado do Paraná.

A denúncia interessou-me e todo o tipo de denúncia nos interessa. Fomos naturalmente procurar saber o que estava ocorrendo. A informação que recebemos é esta:

1- Em 15 de junho do corrente ano, através do expediente DIVAD- 029/83 (Carta-Convite) foram consultados nada menos que 15 (quinze) empresas especializadas em serviço de vigilância bancária, a saber: Alvorada, Embravil, Orbram, Sbil, Sentinela, Seg, Servilim, Veneza, Vigibras, TGV, La Guardia, Siteze, Metropolitana, Emseg e Pires. Da mesma forma, em 20 de junho/83, pelo expediente DIVAD 041/83, 4 (quatro) empresas (Seg, Sentinela, TGV e Orbram), foram convocadas à apresentar propostas para transporte de valores, já que eram as únicas estabelecidas no Paraná com autorização para esse tipo de serviço.

2- Por uma questão de descentralização administrativa, o Banco solicitou propostas para prestação dos serviços de vigilância em quatro grandes áreas de influência das cidades de Curitiba, Londrina, Maringá e Cascavel. Quanto ao "transporte de valores", abrangeria todo o Estado.

3- Todas as empresas consultadas apresentaram propostas, que depois de analisadas foram classificadas em função de preço e condições técnicas. Das quatro convidadas para o "transporte de valores", a Sentinela desistiu expressamente e a Orbram estabeleceu na proposta a sua capacidade de prestar serviços somente para Região Metropolitana de Curitiba, pois dispunha de apenas 3 (três) veículos para este fim. Somente o serviço para a Capital exclusivamente, exige no mínimo 6 (seis) veículos.

4- Entre as empresas citadas, o menor preço foi da SEG, que em alguns casos era inferior em até 50 por cento das demais. Quanto ao "serviço de vigilância" a Siteze - Sistemas Técnicos de Segurança S/C Ltda., com matriz em Curitiba, foi a que menor preço apresentou para a "área de influência de Curitiba", da mesma forma a ENSEG, com matriz em Cascavel e a Sentinela, de Maringá. Para a região de Londrina ficou a SEG, empresa com sede no Rio de Janeiro e que no contexto global, classificou-se em 3º lugar em relação a empresas paranaenses. A TGV ficou em 11º lugar e a ORBRAM em 14º lugar.

5- Como Sociedade Anônima o Banestado não está sujeito ao Decreto-Lei nº 200 (art. 125), nem sua coligada Banestado Crédito Imobiliário. Já quanto ao Decreto Estadual 1646, conforme esclarecimentos acima, foi rigorosamente obedecido.

6 — A BANESTADO Crédito Imobiliário contratou os serviços da SEG depois de cumprir o Decreto-Lei n.º 200, embora para isso não fosse obrigada. Após receber da Associação de Vigilância e Transporte de Valores do Paraná uma correspondência informando o nome das empresas habilitadas, fixou Edital de Licitação na sede da Associação para tomada de preços. Concorreram as empresas SEG, Veneza, TGV, Metropolitana, Vigibrás e Orbran. Saiu vencedora a SEG, com uma diferença de preços da ordem de 15% sobre a segunda colocada, a Veneza e 25% sobre a 3.ª colocada, a TGV.

7 — O BANESTADO, após o prejuízo sofrido no primeiro semestre deste ano, como é do conhecimento público, está voltado para a contenção de seus gastos e mais rentabilidade aos portadores de suas ações, especialmente os 40 mil acionistas particulares. Embora cumprindo os preceitos do Decreto Estadual e o espírito de paralização nele contido, tem o dever de reduzir seus custos operacionais, visando a recuperação do Banco que pertence a todos os paranaenses.”

Em linhas gerais era o que tínhamos a respeito deste assunto que nos interessou, como nos interessa também a denúncia formulada a pouco pelo ilustre parlamentar deputado Ailton Cordeiro, a respeito da citada viagem da Indústria e Comércio, procuraremos saber detalhes a respeito desta viagem e procuraremos também, voltando ao passado, lembrar desta denúncia da malfadada viagem que ocorreu ao Japão, envolvendo membros do Governo do PDS de então, do governo Ney Braga, uma verdadeira orgia praticada no Japão, orgia digo eu, porque sei de elementos que participaram desta viagem e contaram coisas escabrosas que ocorreram no governo do PDS.

Pena lamentável, que naquela época vozes pedessistas não tenham sido ouvidas, para contestar, para denunciar, para mostrar ao povo do Paraná o que praticavam os homens que conduziam o Estado.

Se a Secretaria de Indústria e Comércio errou, como consta da denúncia, não tenham dúvidas, estaremos nesta mesma tribuna acompanhando a denúncia, hipotecando a solidariedade a quem denunciou, mas é bom que se lembre também de que existe pouca moral para se denunciar hoje aqueles que acobertaram indecências no ontem deste Paraná.

Muito obrigado senhor presidente, muito obrigado senhores deputados. (Sem revisão do orador).

O SR. PRESIDENTE (Rubens Bueno) — Concedo a palavra ao senhor deputado Sabino Campos por 22 minutos.

O SR. SABINO CAMPOS — Senhor presidente, senhoras e senhores deputados. (Lê):

“O Brasil é o segundo maior produtor de soja do mundo, com produção global de 16% no montante de 14,7 milhões de toneladas na última safra. A safra 83/84 será ainda maior.

Os agricultores brasileiros preparam-se para o maior plantio dos últimos anos.

Desta disposição dependem hoje algumas das soluções mais importantes do que o Brasil precisa: as exportações do ano que vem, como o governo quer, só se concretizarão se a safra a ser colhida daqui a seis meses for um sucesso. A oferta de alimentos no mercado interno se for abundante, também poderá determinar a contenção da taxa inflacionária.

É possível que os agricultores, ao tomar tal decisão, não sintam como na realidade suas culturas são fundamentais e como esta “ação é uma das maiores de exorcizar o pesadelo da estagnação econômica e o colapso no abastecimento

de gêneros alimentícios. Motivados pela surpreendente alta de preços internacionais, nossos agricultores preparam-se hoje para semear grandes áreas a despeito de menores subsídios não apenas a poucos meses das calamidades climáticas, que quase destruíram algumas regiões das mais férteis do sul do país. Por que? Porque as excelentes perspectivas de lucro que se projetam são mais fortes. O preço oferecido, Cr\$ 25.000,00 a saca, em plena época do plantio, com entrega prevista somente em maio do ano que vem, por exemplo, é cinco vezes maior que o de maio deste ano. Nada inibe os agricultores nem mesmo o próximo fim de qualquer subsídio ao crédito ou atrelamento, já no ano que vem das taxas de juros dos empréstimos à inflação plena (elas hoje estão indexadas a 85% da correção monetária).

A suspensão desses subsídios ao crédito deve-se à definitiva convicção do Ministro Delfim Netto de que eles são “os mais perniciosos que existem”.

Segundo Amauri Stábile, o grande trunfo da agricultura é a recuperação dos produtos no mercado internacional. O Ministro acredita que os bons preços estão influenciando no ânimo dos agricultores e que, deste modo o país poderá colher uma das melhores safras dos últimos tempos, no ano que vem. Estas premissas não encontram eco unânime no meio parlamentar, seja entre governistas ou oposição. Os deputados federais de vários partidos, por exemplo, alinham uma série de críticas ao governo que vão desde a falta de um plano de saúde e educação para os homens do campo, ou a falta de estradas vicinais, à falta de incentivos à exportação de produtos primários, ou ainda o aperfeiçoamento da infra-estrutura de comercialização no Brasil. Dentre os Parlamentares da oposição observa-se por exemplo, a oposição do peemedebista da Bahia, Jorge Viana, desconfiado da política de preços do governo, ora manipulada com tabelamento, ora deixando as cotações internas oscilarem livremente em relação aos preços internacionais.

A tais observações, responde Delfim Netto, com a promessa de liberdade de comercialização, diz que “seria tolice tentarmos voltar atrás”. Mas quando indagado sobre um eventual tabelamento dos preços agrícolas, afirma que “a partir de um certo momento é preciso exercer algum controle”, segundo afirmou ao jornal Gazeta Mercantil.

Ao agricultor brasileiro hoje, a cotação na Bolsa de Chicago, por exemplo, é tida como mais importante para seus ganhos do que discutir as linhas mestras do crédito rural, apesar de que o controle de preços afeta diretamente seus investimentos. Os parâmetros desse quadro podem ser medidos pela pequena mas visível retomada do crescimento na economia privada a partir da agricultura: vendem-se mais tratores, colhedoras, ações de empresas, fertilizantes e até pequenos aviões para uso agrícola ou de passageiros.

O Ministério da Agricultura tem vinculado que a produção brasileira de soja para 1984 será de 16,5 milhões de toneladas, enquanto que o Departamento de Agricultura dos Estados Unidos (USDA) afirma que a nossa safra não ultrapassará 15,3 milhões de toneladas.

Os dois pronunciamentos apontam uma produção superior à da de 1983 (14,7 milhões de toneladas) e uma inversão na tendência de redução da área plantada, verificada em alguns Estados. Todavia a próxima safra deverá cair em 1950 Kg/ha, para 1900 Kg/ha, diferença esta comprovada pelo aumento da área plantada. Estes números estimulam agricultores e exportadores que já

iniciaram as vendas da próxima safra em plantio. As negociações feitas para embarque em maio de 84 estabelecem a venda de 35 mil toneladas a preço aberto, com base na evolução de cotação referente àquele mês na Bolsa de Chicago.

O Brasil é hoje o segundo maior produtor de soja no mundo (16% da produção global), apenas superado pelos Estados Unidos (62%), seguindo-se a China com 11%.

Em grãos estocados o Brasil também é o segundo (24%) e ainda que 75% das reservas estejam nos Estados Unidos. O Brasil cai para terceiro em termos de exportação mundial (4%), perdendo para a Argentina (9%) e Estados Unidos (84%).

A soja é hoje o produto de maior receita cambial em nossa balança (13% das exportações totais: previsão feita para este ano US\$ 2,3 bilhões).

No mercado interno uma acentuada valorização sustentará a soja que será plantada nesta safra 83/84.

Quais são as causas dessa valorização conjuntural? Excesso de chuvas no Sul e seca no Nordeste, foram os responsáveis diretos pela quebra de seis milhões de toneladas na safra agrícola geral e por preços astronômicos de alimentos. Será natural um reequilíbrio.

Mesmo com a possível expansão da área de plantio a perspectiva é de que os preços continuem moderadamente firmes na próxima colheita, porque a soja continuará se mantendo como uma alternativa de exportação, e os preços no mercado internacional deverão se manter até a próxima safra norte-americana. No caso da soja, a safra americana deverá ter uma quebra da ordem de 20 milhões de toneladas, segundo estimativa do USDA, que seria a maior perda desde a década de 1930.

Mas para a safra americana de 1984, a Associação Americana de Soja já anunciou que os produtores deverão voltar a plantar soja firmemente. Porque eles estão interessados em aproveitar os altos preços e esperam plantar mais 27,5 milhões de hectares. Quer dizer, bons preços na soja se registrarão seguramente apenas neste ano.

Doutro lado, a nível interno, os custos de produção estarão elevados porque o agricultor sofreu a retirada virtual dos subsídios à agricultura brasileira. Explodiram os custos da terra, dos fertilizantes e demais insumos, nas máquinas agrícolas. Ainda a destruição de milhares de brasileiros com as enchentes na principal região produtora causaram um prejuízo que nenhum órgão governamental repôs e que deverá ser suportado inteiramente pelo produtor.

Este quadro nos introduz a um problema muito grave, senhores: Sempre que houve boa safra ou um bom preço em uma cultura de exportação, sob alegações diversas, o governo confiscou parcelas da produção como ocorreu na safra de soja de 1982/83 quando foi imposto o confisco de 20%, afinal reduzido para 5%.

Com efeito, para toldar horizontes com o risco de um novo confisco, temos uma série de fatos e comentários.

Primeiro, temos as Resoluções do Conselho Monetário Nacional, este indevido governo paralelo que se estabeleceu em Brasília sob os anos de arbítrio e que, pasmem senhores, toma importantes decisões mais profundas que muitas leis, pelo telefone.

Na safra que ora concluímos, a de 1982/83, a Resolução 801 de 03/03/83 do Conselho Monetário, estabeleceu alíquotas do imposto de exportação para soja, ao nível de 20% para grãos e derivados de soja, como óleo, torta e outros resíduos.

Ante o protesto vigoroso dos produtores,

cooperativas, representações políticas e Estados sojicultores, o Conselho Monetário Nacional baixou poucos dias depois, em 14/03/83, a Resolução n.º 809, que baixou a alíquota para 5%, em relação aos embarques que se processassem ao abrigo de guias de exportação ou documentos equivalentes, emitidos ou formalizados pela CACEX, no período compreendido entre 15/03/83 e 31/03/83 inclusive. A partir de 01/03/84 a exportação estará submetida à alíquota de 0%.

Doutro lado, não devemos nos esquecer da afirmativa do senhor Delfim Netto, ex-ministro da Agricultura e hoje principal responsável pela troica econômica brasileira. O ministro deixou bem claro à Gazeta Mercantil como vimos anteriormente quando indagado a respeito de eventual tabelamento ou confisco de preços agrícolas, que "a partir de um certo momento é preciso exercer algum controle".

Ora, senhores, o café está submetido a confisco. O cacau está sujeito a confisco.

Quando o governo descobrir nos grãos dourados da soja uma outra galinha dos ovos de ouro — eis aí outra oportunidade para retirar mais uma taxa, impor mais uma "quota de contribuição", onerar um pouco mais a população.

Estará esquecido o governo de que o agricultor amargou um ciclo de quatro anos de vacas magras neste último período. Que o agricultor do Sul teve suas lavouras desniveladas e erodidas e suas propriedades destruídas pelas enchentes de 1983. Que o produtor do novo Oeste está abrindo sozinho uma nova fronteira agrícola. Que a inflação brutal de 200% neste ano desregulou as relações econômicas no campo. Que os subsídios agrícolas foram todos retirados.

O governo haverá de querer taxar, tributar, confiscar, como os antigos e predadores governantes coloniais com sua derrama que deram causa à luta pela Independência com o sangue de Tiradentes.

Por isso será preciso estar alerta. O agricultor de soja, esteja ele no Rio Grande do Sul ou em Mato Grosso do Sul, deve se manter vigilante contra o confisco, pronto a protestar em seu Sindicato Rural, sua Cooperativa, sua Câmara Municipal, sua Assembléia Legislativa, seu Clube de Serviço, sua Paróquia, através de seus deputados e senadores, mesmo contra o confisco residual atual de 5%.

Um povo mobilizado, uma opinião pública esclarecida, tudo podem porque têm atrás de si a força democrática que afasta o arbítrio, a decisão governamental por telefone.

Queremos proclamar, senhores deputados, que os produtores brasileiros de soja, não aceitarão nesta safra qualquer confisco, venha de onde vier. Que o governo federal esteja consciente desse fato e desse alerta, porque só através da aprovação do povo pode ser lançado um imposto num regime democrático. E só através da aceitação desse mesmo povo será possível promover a retomada de desenvolvimento, mediante a confiança no futuro e o trabalho pelo bem comum.

Neste sentido o PMDB, convoca, primeiramente os parlamentares brasileiros, para uma ampla campanha de mobilização contra qualquer tipo ou espécie de confisco.

Pronunciamentos, como este, hoje estão sendo proferidos em todas as Assembléias Legislativas dos Estados produtores de soja, eis que hoje marcamos o início de uma verdadeira campanha preventiva contra

o confisco da soja.

Esta mobilização, a seguir deverá atingir a área do executivo e a "posteriori" dos próprios produtores, estes já cientes dos prejuízos anteriores e agora prevenidos contra nova investida predadora contra a agricultura".

Concedo um aparte ao nobre deputado Sérgio Spada.

O Sr. Sérgio Spada — Nobre deputado Sabino Campos, oportunismo é esse movimento que as bancadas do PMDB do Mato Grosso do Sul, Santa Catarina, Paraná e Rio Grande do Sul estão fazendo neste momento diante dos insistentes rumores de que o governo Federal, com sua falta de critério, pretende elevar o confisco que hoje existe de cinco por cento sobre o valor da soja, para vinte por cento; pois que, diante das expectativas que neste ano a safra brasileira, a soja brasileira ser vendida por um preço relativamente bom, nós não temos dúvidas que este Governo, como falei, não tem critério seu, único critério é a sagacidade para cada vez mais criar e aumentar os impostos. Temos que fazer um grande movimento a nível de regiões produtoras de soja e isso está sendo desencadeado neste momento. Temos que capitalizar novamente o nosso agricultor que vem vindo de seguidas frustrações de safras, que têm as suas terras, quase todas elas, corroídas pela erosão, pelo fato de que o nosso colono já não está tendo hoje condições, sequer, de investir um pouco do seu dinheiro para fazer curvas de níveis, para preparar a terra e evitar que a erosão continue corroendo, acabando com a fertilidade do nosso solo, como vem acontecendo nos últimos tempos. Temos que fazer o nosso colono se incentivar, para que numa próxima safra ele volte a plantar como está plantando este ano, e temos que levar em consideração o que vossa excelência disse bem, há poucos instantes: este é um ano de exceção. Neste ano teremos condições de vender bem o nosso soja, mas para o ano que vem, fatalmente, a safra, nos Estados Unidos, será normal. Aí então, nós os produtores brasileiros, haveremos de competir com os americanos, e certamente, estaremos perdendo mercado e dinheiro porque para competir com a produção norte-americana o nosso colono não tem condições.

Realmente, nobre deputado, o único incentivo que ainda resta para o nosso colono é o preço, de vez que o governo tirou todo, praticamente, todo o subsídio que existia no juro para o custeio da lavoura, oitenta e cinco por cento do INPC é o juro que o colono paga hoje quando vai num banco para financiar a lavoura, aliás, a única saída que nós temos neste nosso Brasil.

Portanto, companheiro Sabino Campos, interessantíssima é a mobilização de toda classe política; de todas as lideranças do nosso Estado e dos Estados produtores de soja para, se necessário, marcharmos para as ruas, levarmos máquinas, colheitadeiras, tratores, trancarmos as ruas até que esse confisco caia.

Estamos fazendo um trabalho de prevenção, "melhor prevenir do que remediar".

Portanto, meus parabéns, nobre deputado, e haveremos de fazer, através desta mobilização, uma desestimulação para que o governo crie mais essa barbaridade, essa arbitrariedade contra o nosso povo.

Muito obrigado.

O SR. SABINO CAMPOS — Agradeço o aparte do nobre deputado Sérgio Spada que vem enriquecer o nosso pronunciamento.

Dou o aparte ao nosso companheiro, deputado Orlando Pessuti.

O Sr. Orlando Pessuti — Deputado Sabino Campos, devo dizer que quando procurado pela nossa liderança, na pessoa do deputado Nilso Sguarezi, que nos fazia uma consulta, ser oportuno ou não, a nível da bancada do PMDB, não só do Paraná,

mas de todo Sul do Brasil e de outros Estados produtores de soja, que desencadeássemos um movimento de prevenção com vistas a derrubar esse remanescente de cinco por cento de confisco cambial sobre o soja, e impedir, muito mais ainda, impedir que esse confisco fosse aumentado em função de uma safra promissora e em função principalmente de preços remuneradores que se avizinham já para a próxima colheita, dizíamos a ele, e vossa excelência é testemunha disso, que deveríamos de pronto, desencadear esse movimento, a nível de Brasil. Hoje, nesta tarde, vossa excelência, em nome da nossa liderança, em nome da agropecuária do Estado do Paraná, tenho certeza, traz de público esta notícia, esta determinação, esta decisão da bancada do PMDB de marcharmos unidos, juntos, não só o Estado do Paraná, mas o Brasil inteiro, numa luta ferrenha contra o confisco cambial do soja. E tenho certeza, deputado Sabino Campos, que futuramente, a bancada Opositorista do Brasil, a Bancada Situacionista no Paraná do PMDB, haverá de encetar novos movimentos contra essas aberrações, contra esses absurdos que se praticam contra a agropecuária nacional, que é de confiscar do produtor aqueles parcos recursos que poderiam vir juntar-se à sua receita.

O confisco cambial, repito mais uma vez, é uma grande aberração, é uma injustiça, é até um roubo em cima da nossa classe agropecuarista, que é sofrida, que está morrendo; poderíamos dizer até que por falta de apoio, por falta de termos neste país uma política de fato, uma política agropecuária nacional.

A nossa luta, a luta da bancada do PMDB, com vistas a derrubada do confisco cambial do soja, com vistas a se impedir que essa taxa de cinco por cento hoje existente, seja aumentada, é uma luta acima de tudo, em defesa dos interesses nacionais. É uma luta que nós poderemos dizer, como sendo até de Segurança Nacional, que é um tema muito em voga nos dias de hoje.

Parabéns, deputado Sabino Campos, parabéns à bancada do PMDB com assento nesta Casa, e em todas as Casas de Leis deste Brasil, que neste dia, a exemplo de vossa excelência profere pronunciamento desta ordem, desta grandeza, em defesa dos agropecuaristas do Brasil, contra o confisco cambial da soja.

Era o que tínhamos, nobre deputado.

O SR. SABINO CAMPOS — Eu agradeço o aparte do nobre deputado Orlando Pessuti.

O SR. PRESIDENTE (Rubens Bueno) — Está encerrada a Hora do Expediente.

Passa-se à

ORDEM DO DIA,

com a presença de 58 Srs. Deputados.

Sobre a mesa, projeto de lei de autoria do sr. deputado Rubens Bueno, constante do expediente. Necessita de apoio. — **Apoiado.** — Ao Departamento Legislativo.

Projeto de lei de autoria do sr. deputado Basílio Zanusso, constante do expediente. Necessita de apoio. — **Apoiado.** — Ao Departamento Legislativo.

Projeto de lei de autoria do sr. deputado Basílio Zanusso, constante do expediente. Necessita de apoio. — **Apoiado.** — Ao Departamento Legislativo.

Projeto de lei de autoria do sr. deputado Fiori Luiz, constante do expediente. Necessita de apoio. — **Apoiado.** — Ao Departamento Legislativo.

Passaremos à apreciação da matéria constante da Ordem do Dia, conforme avulso distribuído aos srs. deputados:

3ª DISCUSSÃO — do Projeto de Resolução nº 35/83, (Mensagem nº 33/83, ex-Proposição nº 31/83), oriundo do parecer aprovado por unanimidade da COMISSÃO DE

CONSTITUIÇÃO E JUSTIÇA, que aprova o termo de re-reatificação, datado de 26/01/83, aos convênios celebrados entre o Estado do Paraná, através da Secretaria da Administração e os municípios que especifica, objetivando a aplicação de recursos financeiros da COMEC, em obras de interesse metropolitano. — **Aprovado**.

3ª DISCUSSÃO — do Projeto de Resolução nº 37/83, (Mensagem e ex-Proposição nº 08/83), oriundo do parecer aprovado por unanimidade da COMISSÃO DE CONSTITUIÇÃO E JUSTIÇA, que aprova convênio celebrado entre o Estado do Paraná e o município de São José dos Pinhais, objetivando a implantação dos Serviços de Segurança contra Incêndios e a Prestação de Socorros Públicos na área do referido município. — **Aprovado**.

3ª DISCUSSÃO — do Projeto de Resolução nº 38/83, (Mensagem nº 31/83, ex-Proposição nº 29/83), oriundo do parecer aprovado por unanimidade da COMISSÃO DE CONSTITUIÇÃO E JUSTIÇA, que aprova o convênio celebrado entre o Estado do Paraná, através da Secretaria da Administração e os municípios que especifica, objetivando a aplicação de recursos financeiros da COMEC, em obras de interesse metropolitano. — **Aprovado**.

3ª DISCUSSÃO — do Projeto de Resolução nº 39/83, (Mensagem e ex-Proposição nº 26/83), oriundo do parecer aprovado por unanimidade da COMISSÃO DE CONSTITUIÇÃO E JUSTIÇA, que aprova o convênio celebrado entre o Estado do Paraná, através da Secretaria do Interior e os municípios que especifica, objetivando a execução do Programa Especial de Controle da Erosão do Solo no Noroeste do Paraná - PRONOROESTE. — **Aprovado**.

3ª DISCUSSÃO — do Projeto de Resolução nº 40/83, (Mensagem e ex-Proposição nº 27/83), oriundo do parecer aprovado por unanimidade da COMISSÃO DE CONSTITUIÇÃO E JUSTIÇA, que aprova o convênio celebrado entre o Estado do Paraná, através da Secretaria do Planejamento com a interveniência da SUDESUL, com os municípios e objetivos que especifica. — **Aprovado**.

3ª DISCUSSÃO — do Projeto de Lei nº 87/83, de autoria do deputado EDUARDO BAGGIO, que declara de utilidade pública o "TEMPLO DA ALVORADA", com sede nesta Capital. Com parecer FAVORÁVEL da CCJ, por unanimidade. — **Aprovado**.

3ª DISCUSSÃO — do Projeto de Lei nº 154/83, de autoria do deputado GERNOTE KIRINUS, que declara de utilidade pública a "GRANDE LOJA UNIDA DO PARANÁ", entidade maçônica, com sede nesta Capital. Com parecer FAVORÁVEL da CCJ, por unanimidade. EM REGIME DE URGÊNCIA. — **Aprovado**.

3ª DISCUSSÃO — do Projeto de Lei nº 164/83, de autoria do deputado GERNOTE KIRINUS, que declara de utilidade pública a "LOJA MAÇÔNICA SAINT GERMAIN Nº 2050", de jurisdição do Grande Oriente do Brasil, com sede nesta Capital. Com parecer FAVORÁVEL da CCJ, por unanimidade. EM REGIME DE URGÊNCIA. — **Aprovado**.

3ª DISCUSSÃO — do Projeto de Lei nº 165/83, de autoria do deputado GERNOTE KIRINUS, que declara de utilidade pública a "LOJA MAÇÔNICA DARIO VELLOZO Nº 6", com jurisdição da Grande Loja Unida do Paraná, com sede nesta Capital. Com parecer FAVORÁVEL da CCJ, por unanimidade.

EM REGIME DE URGÊNCIA. — Aprovado.

3ª DISCUSSÃO — do Projeto de Lei nº 167/83, de autoria do deputado GERNOTE KIRINUS, que declara de utilidade pública a "SOCIEDADE FILATÉLICA DE CURITIBA", com sede nesta Capital. Com parecer FAVORÁVEL da CCJ, por unanimidade. EM REGIME DE URGÊNCIA. — **Aprovado**.

2ª DISCUSSÃO — da Proposição nº 52/83, de EMENDA CONSTITUCIONAL de autoria do deputado MÁRCIO ALMEIDA, acrescentando os incisos XIII e XIV, com redação que especifica, ao art. 138 da Constituição Estadual. (AUTONOMIA A UNIVERSIDADES MANTIDAS PELO ESTADO). Com parecer FAVORÁVEL da COMISSÃO ESPECIAL DE REFORMA À CONSTITUIÇÃO e EMENDA SUBSTITUTIVA, por unanimidade. — **aprovado, artigo por artigo**.

2ª DISCUSSÃO — do Projeto de Lei nº 158/82, de autoria do ex-deputado RENATO BERNARDI, que concede o título de Cidadão Benemérito do Paraná ao "Dr. JUSTINIANO CLÍMACO DA SILVA", deputado constituinte do Paraná. Com parecer FAVORÁVEL da CCJ, por unanimidade. — **Aprovado, artigo por artigo**.

2ª DISCUSSÃO — do Projeto de Lei nº 39/83, de autoria do deputado RUBENS BUENO, que dispõe sobre o controle de agrotóxicos e outros biocidas, a nível estadual, e dá outras providências. Com pareceres da CCJ e CSP FAVORÁVEIS ao Projeto e pareceres da CEMA e CA, FAVORÁVEIS ao SUBSTITUTIVO GERAL da CEMA, por unanimidade. EM REGIME DE URGÊNCIA. — **Aprovado, artigo por artigo**.

2ª DISCUSSÃO — do Projeto de Lei nº 78/83, de autoria do deputado HOMERO OGUIDO, que declara de utilidade pública a "ASSOCIAÇÃO MISSIONÁRIA E EDUCATIVA DE SANTA ANA", com sede na cidade de Londrina. Com parecer FAVORÁVEL da CCJ, por unanimidade. — **Aprovado, artigo por artigo**.

2ª DISCUSSÃO — do Projeto de Lei nº 81/83, de autoria do deputado HERMAS BRANDÃO, que declara de utilidade pública a "CRECHE SÃO JUDAS TADEU", com sede nesta Capital. Com parecer FAVORÁVEL da CCJ, por unanimidade. — **Aprovado, artigo por artigo**.

2ª DISCUSSÃO — do Projeto de Lei nº 107/83, de autoria do deputado RUBENS BUENO, que declara de utilidade pública a "ASSOCIAÇÃO DE PROTEÇÃO À MATERNIDADE E À INFÂNCIA - APMI", com sede e foro no município de Araruna. Com parecer FAVORÁVEL da CCJ, por unanimidade. — **Aprovado, artigo por artigo**.

2ª DISCUSSÃO — do Projeto de Lei nº 114/83, de autoria do deputado NESTOR BAPTISTA, que dispõe sobre obrigatoriedade, a partir da vigência desta lei, da execução cantada dos Hinos Nacional, à Bandeira e do Estado, nos estabelecimentos de ensino de primeiro e segundo graus do Estado. Com pareceres FAVORÁVEIS da CCJ e CE, por unanimidade. — **Aprovado, artigo por artigo**.

2ª DISCUSSÃO — do Projeto de Lei nº 127/83, de autoria do deputado JORGE MAIA FILHO, que declara de utilidade pública o "SERVIÇO DE OBRAS SOCIAIS DE MARILÂNDIA DO SUL - SOS", com sede e foro no referido município. Com parecer FAVORÁVEL da CCJ, por unanimidade. — **Aprovado, artigo por artigo**.

2ª DISCUSSÃO — do Projeto de Lei nº 132/83, de autoria do PODER EXECUTIVO, (Mensagem nº 97/83), que dá nova redação ao art. 259, da Lei nº 1934, de 23/06/54. (Normas para concessão da Medalha "Policia-Militar"). Com parecer FAVORÁVEL da CCJ, por unanimidade. — **Aprovado, artigo por artigo.**

2ª DISCUSSÃO — do Projeto de Lei nº 166/83, de autoria do deputado GERNOTE KIRINUS, que declara de utilidade pública a "LOJA MAÇÔNICA LUZ INVISÍVEL Nº 33", de jurisdição da Grande Loja do Paraná, com sede nesta Capital. Com parecer FAVORÁVEL da CCJ, por unanimidade. — **EM REGIME DE URGÊNCIA. — Aprovado, artigo por artigo.**

2ª DISCUSSÃO — do Projeto de Resolução nº 41/83, (Mensagem nº 30/83, ex-Proposição nº 28/83), oriundo do parecer aprovado por unanimidade da COMISSÃO DE CONSTITUIÇÃO E JUSTIÇA, que aprova Termo Aditivo ao convênio nº 19/80, celebrado entre o Estado do Paraná e o Ministério da Saúde com a interveniência do Instituto Nacional de Alimentação e Nutrição, objetivando aprimorar a coordenação e a execução das atividades e o desenvolvimento dos serviços básicos de saúde. — **Aprovado, artigo por artigo.**

2ª DISCUSSÃO — do projeto de Resolução nº 42/83, (Mensagem e ex-Proposição nº 10/83), oriundo do parecer aprovado por unanimidade da COMISSÃO DE CONSTITUIÇÃO E JUSTIÇA, que aprova os Termos Aditivos de 30/11/82, e os Termos de Cooperação Técnica e Financeira de 10/02/82, firmados entre o Estado do Paraná, através da Secretaria dos Transportes e os municípios que especifica, objetivando execução do PROSAFRAS, no exercício de 1982. — **Aprovado, artigo por artigo.**

2ª DISCUSSÃO — do Projeto de Resolução nº 43/83, (Mensagem nº 45/83, ex-Proposição nº 42/83), oriundo do parecer aprovado por unanimidade da COMISSÃO DE CONSTITUIÇÃO E JUSTIÇA, que aprova convênio de cooperação nº 06/83, de 11/02/83, celebrado entre os Estados do Paraná e São Paulo, através de suas Secretarias dos Transportes e o Departamento Hidroviário, objetivando a manutenção da Linha Mista de Passageiros e Cargas, entre as localidades de Iguape, Guaraqueçaba e Paranaguá. — **Aprovado, artigo por artigo.**

2ª DISCUSSÃO — do Projeto de Resolução nº 54/83, (Mensagem nº 56/83 e ex-Proposição nº 58/83), oriundo do parecer aprovado por unanimidade da COMISSÃO DE CONSTITUIÇÃO E JUSTIÇA, que aprova Termos Aditivos firmados em 29/12/82, entre o Estado do Paraná, através da Secretaria dos Transportes e os municípios que especifica, objetivando execução do PROSAFRAS, no exercício de 1982. — **Aprovado, artigo por artigo.**

2ª DISCUSSÃO — do Projeto de Resolução nº 84/83, (Mensagem e ex-Proposição nº 92/83), oriundo do parecer aprovado por unanimidade da COMISSÃO DE CONSTITUIÇÃO E JUSTIÇA, que aprova o Termo Aditivo nº 01, de 11/05/83, ao Convênio nº 114/82, celebrado em 12/05/83, entre o Estado do Paraná e o Ministério do Interior com a interveniência da SUDESUL e SUCEPAR, objetivando a execução do Programa Especial de Controle da Erosão do Solo no Noroeste do Paraná - PRONOROESTE. — **Aprovado, artigo por artigo.**

2ª DISCUSSÃO — do Projeto de Resolução nº 85/83, (Mensagem nº 87/83, ex-Proposição nº 90/83), oriundo do parecer aprovado por unanimidade da COMISSÃO DE

CONSTITUIÇÃO E JUSTIÇA, que aprova os termos de Cooperação Técnica e Financeira celebrados em 04/06/83, entre o Estado do Paraná, através da Secretaria dos Transportes e os municípios que especifica, objetivando execução do PROSAFRAS, no exercício de 1983. — **Aprovado, artigo por artigo.**

O SR. PRESIDENTE (Rubens Bueno) — Sobre a mesa, requerimento de autoria do sr. deputado Antônio Anibelli, constante do expediente, solicitando voto de pesar pelo falecimento do sr. José Vicente, ocorrido no dia 05 de novembro do corrente ano, nesta Capital. — **Aprovado. Ao Departamento Legislativo.**

Requerimento de autoria do sr. deputado Nilso Sugarezi, constante do expediente, solicitando voto de pesar pelo falecimento do menor Flávio Hammerschmidt, ocorrido no dia 07 de novembro do corrente ano, no município de Palmas. — **Aprovado. — Ao Departamento Legislativo.**

Requerimento de autoria do sr. deputado Antônio Anibelli, constante do expediente, solicitando urgência no Projeto de Lei nº 187/83, e incluso na Ordem do Dia. — **Aprovado. — Ao Departamento Legislativo.**

Requerimento de autoria do sr. deputado Gabriel Sampaio, constante do expediente de sessão anterior, solicitando o envio de ofício ao sr. Secretário de Segurança, visando o fornecimento de uma credencial aos funcionários de Prefeituras que trabalham subordinados ao Instituto de Identificação do Paraná. — **Aprovado. — Ao Departamento Legislativo.**

Requerimento de autoria do sr. deputado Hermas Brandão, constante do expediente de sessão anterior, solicitando o envio de expediente ao sr. Secretário dos Transportes, visando a implantação de uma linha de ônibus ligando o município de Colorado a Curitiba, diariamente. — **Aprovado. — Ao Departamento Legislativo.**

Requerimento de autoria do sr. deputado Jorge Maia Filho, constante do expediente, solicitando o envio de expediente ao sr. presidente do conglomerado Banestado, encarecendo seja mantida a Diretoria Regional do mesmo, no município de Apuracana. — **Aprovado. — Ao Departamento Legislativo.**

Requerimento de autoria do sr. deputado Edmar Luiz Costa, constante do expediente de sessão anterior, solicitando o envio de expediente ao sr. diretor de Programas de Complementação da Habitação, do BNH, encarecendo a redução da tarifa de esgotos de cem por cento para cinquenta por cento, da tarifa de água. — **Aprovado. — Ao Departamento Legislativo.**

Requerimento de autoria do sr. deputado Orlando Pessuti, constante do expediente de sessão anterior, solicitando o envio de expediente ao sr. Secretário da Saúde e Bem-Estar Social, visando a instalação de um mini-posto de saúde, na localidade de Jardim Florestal, município de Jardim Alegre. — **Aprovado. — Ao Departamento Legislativo.**

Requerimento de autoria do sr. deputado Orlando Pessuti, constante do expediente de sessão anterior, solicitando o envio de expediente ao sr. Secretário da Saúde e Bem-Estar Social, visando a instalação de um mini-posto de saúde no distrito de Nova Altamira, município de Faxinal. — **Aprovado. — Ao Departamento Legislativo.**

Requerimento de autoria do sr. deputado Orlando Pessuti, constante do expediente de sessão anterior, solicitando o envio de expediente ao sr. Secretário da Saúde e Bem-Estar Social, encarecendo a efetivação de medidas para instalação de um mini-posto de saúde na Vila Nova Porã, município de Ivaiporã. — **Aprovado. — Ao Departamento Legislativo.**

Requerimento de autoria do sr. deputado Orlando Pessuti,

constante do expediente de sessão anterior, solicitando o envio de expediente ao sr. Secretário da Saúde e Bem-Estar Social, visando a instalação de um mini-posto de saúde no distrito de Cruzmaltina, município de Faxinal. — **Aprovado.** — Ao Departamento Legislativo.

Requerimento de autoria do sr. deputado Orlando Pessuti, consante do expediente de sessão anterior, solicitando o envio de expediente ao sr. Secretário da Saúde e Bem-Estar Social, visando a instalação de um mini-posto de saúde no distrito de Vila Diniz, município de Faxinal. — **Aprovado.** — Ao Departamento Legislativo.

Requerimento de autoria do sr. deputado Márcio Almeida, constante do expediente de sessão anterior, solicitando o envio de expediente ao sr. Governador do Estado, encarecendo a redução da taxa de esgotos hoje cobrada pela Sanepar, na ordem de cem por cento sobre o consumo de água por usuário. — **Aprovado.** — Ao Departamento Legislativo.

Requerimento de autoria do sr. deputado Rubens Bueno, constante do expediente de sessão anterior, solicitando o envio de expediente ao sr. presidente da COPEL, por intermédio da Secretaria do Interior, encarecendo a implantação do prolongamento da rede de energia elétrica pertencente ao município de Mamborê. — **Aprovado.** — Ao Departamento Legislativo.

Requerimento de autoria do sr. deputado Rubens Bueno, constante do expediente de sessão anterior, solicitando o envio de expediente ao sr. presidente da Sanepar, por intermédio da Secretaria do Interior, visando a instalação de uma caixa d'água no município de Juranda. — **Aprovado.** — Ao Departamento Legislativo.

Requerimento de autoria do sr. deputado Gernote Kirinus, constante do expediente, solicitando regime de urgência ao projeto de lei n.º 01/83, que altera a estrutura dos serviços administrativos da Assembleia Legislativa. — Em votação.

O SR. ANIBAL KHURY — (Pela ordem) Sr. presidente, vossa excelência poderia nos informar de que trata o requerimento?

O SR. PRESIDENTE (Rubens Bueno) — O Projeto de Lei n.º 201/83 altera a estrutura dos serviços administrativos da Assembleia Legislativa.

Está em votação; rejeitado.

O SR. FERRARI JÚNIOR — Sr. presidente, solicito verificação de votação.

O SR. PRESIDENTE (Rubens Bueno) — A Mesa defere e irá proceder a verificação de votação. Solicita aos Srs. deputados que tomem seus lugares, para verificação. Os srs. deputados que aprovam, queiram levantar-se. Os srs. deputados que rejeitam, queiram levantar-se. Oito (08) deputados aprovam; Quatorze (14) deputados rejeitam. Não há "quorum" para votação, só para prosseguimento da sessão.

O SR. ANIBAL KHURY — Sr. presidente, solicito chamada nominal.

O SR. PRESIDENTE (Rubens Bueno) — Deferido o pedido do deputado Anibal Khury. Será feita a chamada nominal.

O SR. SECRETÁRIO — (Procede a chamada nominal dos srs. deputados).

O SR. PRESIDENTE (Werner Wanderer) — Vinte e sete srs. deputados responderam a chamada. Há "quorum" para

prosseguimento da sessão e não para deliberação.

Requerimento de autoria do sr. deputado Gabriel Sampaio, constante do expediente, solicitando o envio de expediente ao Ministério de Minas e Energia, visando a inclusão de empresas paranaenses, no projeto de implantação de destilarias de álcool, neste Estado. — **Encerrada a discussão.**

Requerimento de autoria do sr. deputado Nestor Baptista, constante do expediente, solicitando o envio de expediente ao sr. Secretário da Segurança Pública, encarecendo providências sobre a fuga de mais onze presos, da Delegacia do município de Paranaguá. — Em discussão.

UM SR. DEPUTADO — Para discutir.

O SR. PRESIDENTE (Werner Wanderer) — Adia-se a discussão para a próxima sessão, na forma do artigo 150 do Regimento Interno.

Requerimento de autoria do sr. deputado Airton Cordeiro, constante do expediente solicitando seja encaminhado pedido de informações ao sr. Governador do Estado, sobre a atual administração e se destinou ao município de Mandirituba recursos financeiros para aplicação em investimentos públicos, em caso de resposta afirmativa qual o montante e para que fim. — **Encerrada a discussão.**

Requerimento de autoria do sr. deputado Edgar Pimentel, constante do expediente, solicitando voto de congratulações pela realização do 9.º Congresso Sacerdotal Brasileiro, 11.ª Convenção Nacional dos Serra Clubes do Brasil e do 10.º Encontro Vocacional com a presença do Núncio Apostólico D. Carlo Furno, e de mil seminaristas, no município de Ponta Grossa. — **Encerrada a discussão.**

Requerimento de autoria do sr. deputado Edgar Pimentel, constante do expediente, solicitando voto de congratulações pelas comemorações do 32.º aniversário de emancipação política do município de Cascavel. — **Encerrada a discussão.**

Requerimento de autoria do sr. deputado Fiori Luiz, constante do expediente, solicitando o envio de telex ao sr. Governador do Estado, encarecendo urgência na assinatura de acordo com o Sindicato dos Jornalistas Profissionais do Paraná, regularizando a situação dos profissionais de comunicação que prestem serviços aos órgãos da administração direta e indireta no Governo do Estado. — Em discussão.

O SR. GABRIEL SAMPAIO — (Pela ordem) Sr. Presidente, para discutir.

O SR. PRESIDENTE (Werner Wanderer) — Adia-se a discussão para a próxima sessão, na forma do artigo 150 do Regimento Interno.

Requerimento de autoria do sr. deputado Fiori Luiz, constante do expediente, solicitando o envio de pedido de informações ao sr. Governador do Estado, quanto às atividades da Comissão criada para dar solução aos problemas que envolvem os "bóias-frias" no Paraná. — Em discussão.

O SR. IVAN GUBERT — (Pela ordem) Para discutir, sr. presidente.

O SR. PRESIDENTE (Werner Wanderer) — Adia-se a discussão para a próxima sessão, na forma do artigo 150 do Regimento Interno.

Requerimento de autoria do sr. deputado Gabriel Sampaio, constante do expediente de sessão anterior, solicitando voto de louvor ao jovem Rodrigo Augusto Barnabé, que se sagrou campeão master do Circuito Sul América de Tênis, para as idades de 15 e 16 anos, realizado no Rio de Janeiro. — **Encerrada a discussão.**

Requerimento de autoria do sr. deputado Rubens

Bueno, constante do expediente, solicitando o envio de expediente ao sr. diretor presidente da COPEL, por intermédio da Secretaria do Interior, encarecendo o barateamento e apoio tecnológico quanto à implantação de uma rede de energia, no conjunto habitacional a ser construído no município de Goio-Erê. — **Encerrada a discussão.**

Requerimento de autoria do sr. deputado Rubens Bueno, constante do expediente, solicitando o envio de expediente ao sr. superintendente da Fundepar, por intermédio da Secretaria de Educação, encarecendo recursos financeiros a serem aplicados em reformas gerais nas dependências da Escola Estadual Manoel Antônio da Cunha - Ensino de Primeiro Grau, do município de Terra Boa. — **Encerrada a discussão.**

Requerimento de autoria do sr. deputado Rubens Bueno, constante do expediente, solicitando o envio de expediente à senhora superintendente da Fundepar, por intermédio da Secretaria de Educação, encarecendo a liberação de recursos financeiros para a construção de novas salas de aula e demais dependências no Colégio João XXIII, no município de Mamborê. — Em discussão.

O SR. GABRIEL SAMPAIO — (Pela ordem) Para discutir, sr. presidente.

O SR. PRESIDENTE (Werner Wanderer) — Adia-se a discussão para a próxima sessão, na forma do artigo 150 do Regimento Interno.

Requerimento de autoria do sr. deputado Rubens Bueno, constante do expediente, solicitando o envio de expediente ao sr. diretor superintendente da Emopar, por intermédio do sr. Secretário da Administração, encarecendo a liberação de recursos financeiros para a construção de uma cozinha e um refeitório para o Colégio Estadual Polivalente, no município de Goio-Erê. — Em discussão.

O SR. GABRIEL SAMPAIO — (Pela ordem) Para discutir, sr. presidente.

O SR. PRESIDENTE (Werner Wanderer) — Adia-se a discussão para a próxima sessão, na forma do artigo 150 do Regimento Interno.

Requerimento de autoria do sr. deputado Rubens Bueno, constante do expediente, solicitando o envio de expediente à senhora superintendente da Fundepar, por intermédio da Secretaria de Educação, encarecendo a liberação de recursos financeiros para ser aplicado em reformas gerais das instalações da Escola Estadual Professor Léo Kohler - Ensino de Segundo Grau, no município de Terra Boa. — Em discussão.

O SR. IVAN GUBERT — (Pela ordem) Para discutir, sr. presidente.

O SR. PRESIDENTE (Werner Wanderer) — Adia-se a discussão para a próxima sessão, na forma do artigo 150 do Regimento Interno.

Requerimento de autoria do sr. deputado Rubens Bueno, constante do expediente, solicitando o envio de expediente ao sr. Secretário da Saúde e Bem-Estar Social, encarecendo a destinação de uma ambulância devidamente equipada para o município de Ubatuba. — Em discussão.

O SR. LEÔNIDAS CHAVES — (Pela ordem) Para discutir, sr. presidente.

O SR. PRESIDENTE (Werner Wanderer) — Adia-se a discussão para a próxima sessão, na forma do artigo 150 do Regimento Interno.

Requerimento de autoria do sr. deputado Rubens Bueno,

constante do expediente, solicitando o envio de expediente ao sr. diretor presidente da Sanepar, por intermédio do sr. Secretário do Interior, visando a execução de obras de ampliação da rede de água localizada no distrito de Ivaíândia, no município de Engenheiro Beltrão. — Em discussão.

UM SR. DEPUTADO — (Pela ordem) Para discutir, sr. presidente.

O SR. PRESIDENTE (Werner Wanderer) — Adia-se a discussão para a próxima sessão, na forma do artigo 150 do Regimento Interno.

Requerimento de autoria do sr. deputado Tadeu França, constante do expediente, solicitando o envio de expediente às Lideranças de todos os partidos políticos no Senado da República e na Câmara dos Deputados, encarecendo que não encampem os pressupostos de imperialismo norte-americano e do FMI contra nosso povo, institucionalizando a prática do aborto em nossa terra. — **Encerrada a discussão.**

Requerimento de autoria do sr. deputado Gabriel Sampaio, constante do expediente, solicitando sejam destinados vinte minutos do expediente, para homenagear o professor Bento Munhoz da Rocha Neto, pela passagem do 10.º aniversário de falecimento. — **Encerrada a discussão.**

Requerimento de autoria do sr. deputado Gabriel Sampaio, constante do expediente, solicitando sejam destinados vinte minutos do expediente, para homenagear o professor Bento Munhoz da Rocha Neto, pela passagem do 10.º aniversário de falecimento. — **Deferido, com base no art. 77, do Regimento Interno.** — Ao Departamento Legislativo.

Requerimento de autoria dos Srs. deputados Nilso Sguarezi e Luiz Alberto Oliveira, líderes do PMDB e PDS, constante do expediente, solicitando que o grande expediente desta sessão, seja dedicado em homenagem ao 500.º aniversário de Martim Lutero. — **Deferido com base no art. 77, do Regimento Interno.** — Ao Departamento Legislativo.

Nada mais havendo a tratar, declaro encerrada a presente sessão, marcando outra para segunda-feira, dia 14, à hora regimental, com a seguinte

ORDEM DO DIA:

REDAÇÃO FINAL — das Proposições n.ºs 62, 69 e 94/83; e do Projeto de Lei n.º 145/82.

3ª DISCUSSÃO — dos Projetos de Lei n.ºs 158/82 e 39, 78, 81, 107, 114, 127, 132 e 166/83; e dos Projetos de Resoluções n.ºs 41, 42, 43, 45, 84 e 85/83.

2ª DISCUSSÃO — do Projeto de Lei n.º 158/83.

1ª DISCUSSÃO — do Projeto de Lei Complementar n.º 79/82; dos Projetos de Lei n.ºs 53, 131, 174, 178 e 182/83 e 187/83; e das Proposições n.ºs 113 e 116/83.

Levanta-se a sessão.

1ª SESSÃO LEGISLATIVA DA 10ª LEGISLATURA ATA DA 10ª SESSÃO EXTRAORDINÁRIA REALIZADA EM 10 DE NOVEMBRO DE 1983 (QUINTA-FEIRA)

Presidência do senhor deputado Werner Wanderer, secretariada pelos senhores deputados Eduardo Baggio e Amélia Hruschka.

As dezessete horas é registrada a presença dos seguintes senhores deputados: Trajano Bastos, Nestor Baptista, Werner Wanderer, Gernote Kirinus, Francisco Escorsin, Dirceu Manfrinato, Fuad Nacli, Acir Mezzadri, Adhail Sprenger Passos, Ailton Cordeiro, Amélia Hruschka, Anibal Khury, Antônio Anibelli, Artagão de Mattos Leão, Augusto Carneiro, Basílio

Zanusso, Caíto Quintana, Djalma de Almeida Cesar, Donato Gulin, Edgar Pimentel, Edmar Luiz Costa, Eduardo Baggio, Erondy Silvério, Ervin Bonkoski, Ezequias Losso, Ferrari Júnior, Fiori Luiz, Gabriel Manoel, Gabriel Sampaio, Gilberto Carvalho, Hermas Brandão, Homero Oguido, Irondi Pugliesi, Ivan Gubert, Jorge Maia Filho, José Antônio Fonseca, Leônidas Chaves, Luiz Alberto de Oliveira, Márcio Almeida, Mário Pereira, Nelson Buffara, Nelson Vasconcellos, Nilso Sguarezi, Odeni Mongruel, Orlando Pessuti, Osvaldo Alencar Furtado, Paulo Furiatti, Péricles Pacheco, Quielse Crisóstomo, Roberto Requião, Rubens Bueno, Sabino Campos, Sérgio Spada, Tadeu França, Tadeu Lúcio Machado, Tércio Albuquerque, Tuguio Setogutte, Wilson Fortes. (58).

Verificada a existência de número legal, o senhor presidente declara aberta a Sessão Extraordinária destinada às homenagens póstumas pelo falecimento do senador Nilo de Souza Coelho, presidente do Senado Federal.

O SR. 2.º SECRETÁRIO — procede a leitura da ata da sessão anterior, a qual é aprovada sem observações.

O SR. PRESIDENTE (Werner Wanderer) — Não havendo expediente a ser lido, concedo a palavra ao sr. deputado do PDS, Ezequias Losso.

O SR. EZEQUIAS LOSSO — Sr. presidente, srs. deputados.

(Lê): “Apesar dos momentos difíceis em que vivemos, a nossa pátria tem alcançado resultados notáveis na construção da democracia, pelo eficiente desempenho de personalidades possuidoras de visão ampla do interesse geral.

Nessa obra, grandiosa, é a missão reservada ao parlamentar. Sua atuação como legislador e fiel depositário das esperanças do povo pode orientar os setores responsáveis pelas decisões que influem na preparação da “argamassa” e no assentamento dos “tijolos” que comporão o nosso futuro.

Nilo Coelho foi um homem consciente desta missão.

Durante a sua vida, de 63 anos, foi um inspirador de medidas de grande alcance social, continuando a tradicional operosidade de seu vocacionado pai, Clementino Coelho.

Cursou medicina. Sentiu porém a sua contribuição à sociedade não estaria em uso do bisturi em indivíduos mas em uma participação representativa do povo, conquistada pelo voto.

Assim, em 1946, o jovem Dr. Nilo de Souza Coelho foi eleito deputado estadual, em Pernambuco, pelo Partido Social Democrático.

O brilhantismo de sua presença foi marcante na Assembléia Legislativa daquele Estado. Muitas das suas idéias ainda constam do rol de importantes leis pernambucanas e suas posições futuristas motivaram o surgimento de planos e projetos benéficos aos nossos irmãos da sofrida região nordestina.

Os correligionários de Nilo Coelho, todavia, viam nele uma esperança para o Brasil. Instaram-no a concorrer a mandato de deputado federal, nas eleições de 1950.

Sufragado o seu nome, foi na Câmara dos Deputados que consolidou o seu importante papel de parlamentar construtor do futuro. Seus pronunciamentos, pareceres e opiniões se constituíram em autênticos raios de sabedoria, aclarando situações nebulosas que perturbavam o trabalho legislativo e a nação.

Em 1967, portanto após quatro mandatos de deputado federal, tomou posse como Governador do Estado de Pernambuco. Também no exercício dessa função pública, mostrou capacidade e sensibilidade. No tocante a obras de relevância, marcou a sua administração pelo término da rodovia que liga Recife a Petrolina, passando por toda a região desértica do

Estado.

Após cumprir integralmente o seu mandato, em 1971 passou a atender os negócios de sua família, em Petrolina — sua cidade natal. Impulsionou as diversas empresas, oferecendo, conseqüentemente, novos empregos à população local.

A vida de Nilo Coelho estava, entretanto, virtualmente comprometida com a atividade política. Por isso, candidatou-se a Senador por seu Estado, em 1978, tendo sido eleito pela Aliança Renovadora Nacional.

No Senado Federal mostrou-se a sua grandeza, voltando-se para a defesa da adoção de pontos institucionais baseados nos desejos e sentimentos legítimos do povo brasileiro. Seus pares, reconhecendo os seus valores, conduziram-no à vice-presidência da Casa e, posteriormente, os integrantes da bancada do Partido Democrático Social e o governo, à Liderança da Maioria.

Pelas suas atitudes corajosas e firmes, aliadas à simplicidade e independência, conquistou incomum liderança nacional, não só no âmbito do seu partido mas também na sociedade brasileira, como um símbolo na luta pela democracia no Brasil e no continente.

Nilo Coelho foi um liberal e agiu impetuosamente contra radicalismos. Cumpriu com o seu dever como cidadão, político consciente e especialmente, como íntegro Presidente do Congresso Nacional, fazendo valer as decisões tomadas com bico nos melhores critérios.

Nilo Coelho era, não obstante, profundamente emotivo. E foi no envolvimento com uma questão de interesse geral, o Decreto 2024, que teve o seu coração abalado e acelerado o enfarto que causou a sua morte.

Assim, entrou Nilo Coelho de Souza para a história brasileira como um dos seus mais caros filhos que, de forma ativa e exemplar, deu a sua vida pela causa pública”.

— (Palmas).

O SR. PRESIDENTE (Werner Wanderer) — Concedo a palavra ao sr. deputado José Antônio Fonseca, que falará em nome do PMDB.

O SR. JOSÉ ANTÔNIO FONSECA — Sr. presidente, srs. deputados. (Lê):

“Quando uma voz ecoar nos espaços da vida em defesa dos fracos e oprimidos, certamente lá estará um político”.

Independentemente das posições políticas que cada parlamentar assuma durante sua vida pública, sempre encontramos nele, a luta pela autodeterminação, a defesa dos interesses públicos, o objetivo maior pelo alcance rápido das aspirações populares, berço que embala nossas raízes, nossa sociedade, nossa nação.

E nos anseios populares, no sofrimento de um povo pela miséria, pelo desequilíbrio social, pela instabilidade política, no apagar ou diminuir dos horizontes, na tentativa de aprisionar ou amordaçar o pensamento e a palavra livre, é que vamos encontrar o trabalho de fiscalização e defesa promovida pelos parlamentares.

E aqui cabe uma citação popular muito encontrada nas produções literárias de cordel nos recantos nordestinos:

“Por onde andarás tu, palavra dos oprimidos e humildes, quando vejo sob esta tumba o corpo do político que se foi”.

E oprimido não é somente o impedido de ter direitos por forças antagônicas, por forças coercitivas e despóticas. Oprimido também o é aquele que a vida reservou uma sobrevivência amarga, uma subsistência amarga e uma terra seca que não possa arar.

E realmente, os oprimidos do Nordeste, os irmãos da seca, os companheiros do infortúnio do Seara Brasileiro, dentre muitos, tiveram como defensor o nobre

e eminente Senador Nilo Coelho, que o destino quis para o seu meio, o levando para o desconhecido.

Nilo Coelho, parlamentar de muitas lutas, exercia neste mandato parlamentar a Presidência do Senado Federal. Pernambucano de tradição, jamais olvidou os reclamos de seu povo, convivendo com eles as intempéries climáticas que por muitas vezes destruía o pouco que conseguiam plantar.

Suas posições políticas sempre foram admiradas por todos os seus pares, mesmo os adversários políticos, pois seus posicionamentos sempre foram dirigidos pelo bom senso e nos interesses de seus correligionários, de seus conterrâneos, mesmo que com isso estivesse contrariando a orientação do Poder Central, poder este que por vezes liderou no Senado Federal e nas Câmaras Reunidas.

Sua independência política foi o marco principal de sua carreira parlamentar. Muitas vezes se indispôs com sua bancada e seu partido por não concordar com a forma e a maneira com que estavam sendo dirigidos os nossos destinos. Por várias vezes se pronunciou contra a política econômica e tributária vigente em nosso país. Teve seus pronunciamentos sempre preocupados com a política agrícola e o desenvolvimento industrial da região Nordeste do Brasil.

Mais uma voz se cala em Brasília.

Mais uma experiência de vida pública que se perde no

campo parlamentar. Mas não temos dúvidas em afirmar que o exemplo de sua conduta permanecerá em nossas memórias como seus pronunciamentos permanecerão nos Anais do Congresso Nacional.

Ainda trazemos bem nítido em nossas mentes suas últimas palavras proferidas no Congresso, quando da votação do Decreto 2024:

Não sou Presidente do Congresso do PDS.

Sou Presidente do Congresso Nacional.

Com isso deixou patente sua imparcialidade no comando daquela Casa Legislativa, onde a posição do Presidente nem sempre a foi, nós com ele o comportamento supra partidário, estava presente.

E desta tribuna, nós da Bancada do PMDB desta Assembléia, requeremos que seja enviado ao Congresso Nacional, à Assembléia Legislativa do Estado de Pernambuco e aos familiares do Senador Nilo Coelho, os nossos condolentes votos de pêsames pelo passamento de tão ilustre figura humana e política".

Muito obrigado.

O SR. PRESIDENTE (Werner Wanderer) — Nada mais havendo a tratar, declaro encerrada a presente Sessão Extraordinária. Levanta-se a sessão.